

UFRRJ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
MESTRADO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

“AQUI SE JOGAM OS DESTINOS DA NAÇÃO BRASILEIRA”: A DESPS E  
A REPRESSÃO À PROPAGANDA NAZISTA NO DISTRITO FEDERAL  
DURANTE O ESTADO NOVO (1938-1944)

THAÍS FRANCISCO BARBOSA CONCEIÇÃO

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“AQUI SE JOGAM OS DESTINOS DA NAÇÃO BRASILEIRA”: A  
DESPOSSUIÇÃO E A REPRESSÃO À PROPAGANDA NAZISTA NO DISTRITO  
FEDERAL DURANTE O ESTADO NOVO (1938-1944)**

**Thaís Francisco Barbosa Conceição**

**Orientador: Prof. Dr. Luis Edmundo de Souza Moraes**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em História** pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGH/UFRRJ) .

Seropédica, RJ

2012

## **RESUMO**

Buscamos apresentar neste estudo que o trabalho de repressão exercido pela DESPS/DF, seria justificado a partir de um discurso produzido num momento político bastante específico. O rompimento de relações políticas entre Brasil e Alemanha teria feito surgir um novo inimigo: os nazistas e enquanto mantenedores da ordem, a polícia política buscava se apresentar como fundamental para a defesa do país no combate a eles.

Palavras-chave: nazismo, DESPS, Estado Novo.

## **ABSTRACT**

In this study we present the work of repression exercised by DESPS / DF, would be justified from a discourse produced a very specific political moment. Disruption of political relations between Brazil and Germany have given rise to a new enemy: the Nazis and as keepers of order, the political police sought to present itself as fundamental to the defense of the country in the fight to them.

Key words: nazism, DESPS, Estado Novo.

## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus pais.*

## SUMÁRIO

**Agradecimentos**

**Abreviaturas**

**Introdução**

**Cap. I**

**Organização policial brasileira e a criação da DESPS/DF**

**p. 9**

*O nascimento da República e a necessidade de reformas*

**p.9**

*Estado Novo: um novo Estado, uma nova polícia*

**p. 14**

**Atuação e repressão ao NSDAP em terras brasileiras**

**p. 19**

*Relações entre Brasil e Alemanha entre as décadas de 1930 e 1940*

**p. 19**

*NSDAP: organização e repressão*

**p. 21**

*Denúncias e práticas policiais*

**p. 30**

**Capítulo III: O discurso político da DESP/DF e sua autoafirmação**

**p.41**

*O perigo nazista*

**p.44**

*A autoafirmação as DESPS/DF*

**p. 52**

*Movimentos populares*

**p. 55**

*Conclusão*

**p.59**

**Fontes**

**Bibliografia**

**Anexos**

## **Agradecimentos**

Não poderia deixar de dedicar um espaço nesse trabalho para demonstrar minha enorme gratidão àqueles que estiram comigo ao longo desta árdua caminhada de estudo, pesquisa e confecção desta dissertação.

Agradeço primeiramente a Deus, o Autor da vida, sem o qual nada disso seria possível, pelas bênçãos alcançadas durante todo esse período e pelas muitas que hão de vir.

A minha mãe, sempre companheira, por acreditar, apoiar e amar incondicionalmente.

Ao meu amigo e sempre companheiro, confidente, cúmplice, amante Eros, pelas palavras de consolo, conselhos, pelas leituras críticas, apoio logístico e serviços técnicos, sempre que necessário. Agradeço por ter me ajudado e apoiado o tempo todo.

Ao meu orientador, professor Dr. Luis Edmundo Moraes pela atenção, dedicação e pelas valiosas instruções, certamente seus ensinamentos me acompanharão por toda a vida.

Àqueles que acompanharam de perto essa jornada, que caminharam comigo. Aos amados amigos e colegas presentes nesses momentos de angústia e apreensão, sempre dispostos a ouvir meus lamentos.

Aos funcionários do APERJ, sempre muito atenciosos, por terem contribuído para o enriquecimento deste trabalho viabilizando o acesso as fontes.

Aos docentes que enriqueceram esse processo de aprendizado e confecção do trabalho e aos funcionários do PPGHR- UFRRJ.

A todos, muito obrigada!



## SIGLAS E ABREVIATURAS

ANL – Aliança Nacional Libertadora  
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro  
AO - Organização para o Exterior do NSDAP  
DEOPS- Departamento Estadual de Ordem Política e Social  
DESPS- Delegacia Especial de Segurança Política e Social  
DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda  
DPS- Divisão de Polícia Política e Social  
EUA –Estados Unidos da América  
NSDAP - *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nazista)  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
TSN- Tribunal de Segurança Nacional

## Introdução

Entre as décadas de 1930 e 1940 o governo de Getúlio Vargas empreendeu severa repressão policial sobre as atividades nazistas no Brasil baseada na ideia de perigo alemão. Aqui destacamos a ação da polícia política, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) no Distrito Federal, de onde partiam ordens e instruções para as demais Delegacias Especiais, entre 1938 e 1944. O ano de 1938 foi escolhido como referencia inicial uma vez que foi marcado pela promulgação do decreto-lei nº 383, o qual determinava em seu artigo 1º que os estrangeiros fixados em território nacional e os que nele se achavam, ainda que em caráter temporário, não podiam exercer qualquer atividade de natureza política nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país. Fechamos o recorte temporal da pesquisa em 1944, pois nesse ano a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) foi reformulada passando a chamar-se Divisão de Polícia Política e Social (DPS). Posteriormente, outros órgãos foram desenvolvidos a fim de exercer a função de polícia política no estado do Rio de Janeiro.

Este trabalho tem como proposta central demonstrar que a DESPS/DF seguia um padrão de discurso próprio para justificar sua existência. Esse discurso seria balizado pela ideologia estadonovista de exaltação nacional e pela ideia de um ataque ao Brasil por meio da formação de uma quinta-coluna militar nazista e teria o duplo objetivo de realçar a periculosidade do inimigo e apresentar a instituição como capaz de superá-lo a partir de seu esforço de repressão. Adotamos a DESPS/DF como objeto de estudo, pois percebemos a ausência de um trabalho sobre a repressão policial ao nazismo no Distrito Federal, a exemplo daqueles realizados por Priscilla Perazzo<sup>1</sup> em São Paulo e Maria Lana de Lacerda<sup>2</sup> e Susan Lewis<sup>3</sup> em Pernambuco. Essas autoras inovaram ao trabalhar com arquivos de órgãos policiais abordando a temática da repressão aos alemães durante o Estado Novo. Perazzo e Lacerda, especialmente, trabalharam com arquivos das polícias políticas de seus respectivos estados buscando compreender os mecanismos de reconhecimento e repressão desses “inimigos”. Lewis privilegia os efeitos dessa intervenção na sociedade, a visão que se tinha dos “indesejáveis”, primeiro os judeus devido ao sentimento anti-semista já presente e depois, após o rompimento do Brasil com países do EIXO, os alemães. Desse modo, visamos colaborar para o debate sobre a repressão policial naquele contexto quando, sob a justificativa de proteção da soberania nacional, os setores de investigação das Delegacias Especiais foram dotados de poderes e autonomia até então inéditos na história do Brasil. Interessa-nos analisar o funcionamento da polícia política estadonovista enquanto instituição fundamental para a manutenção da ordem pretendida pelo regime.

Na DESPS/DF foram concentrados os serviços de investigação e combate àqueles considerados inimigos nacionais, servindo de referência para as Delegacias Especiais de outros estados. Destacamos também que a criação da DESPS/DF (1933) inaugurou a existência da polícia política no Brasil e teve grande destaque durante os anos do Estado Novo (1937-1945), ainda que não tenha acompanhado o regime até o fim, sendo extinta ainda em março de 1944.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

<sup>2</sup> LACERDA, Maria Lana Ribeiro de. *Súditos do mal: o cotidiano da repressão policial sobre os alemães em Pernambuco (1937-1945)*. Mestrado em História, UFPE-CFCH, Recife, 2006.

<sup>3</sup> LEWIS, Susan. *Indesejáveis e Perigosos na Arena Política: Pernambuco, o Anti-semitismo e a Questão Alemã durante o Estado Novo (1937-1945)*. Doutorado, UFPE-CFCH, Recife, 2005.

<sup>4</sup> CANCELLI, Elisabeth. *O mundo da violência; a polícia da era Vargas*. Brasília: Ed.UNB, 2ª Edição, 1994.

Entendemos que naquele contexto, a polícia política estadonovista tinha como objetivo preservar a ordem estabelecida pelos governantes. Por isso, o forte nacionalismo característico do regime e a ideia da necessidade de preservar a soberania nacional são presenças marcantes nos documentos produzidos pela DESPS/DF, como poderemos observar ao longo do trabalho.

Martha Huggins fala sobre o esquema de cooperação policial entre Estados Unidos e América Latina, sobretudo o Brasil, para demonstrar que a ação da polícia, seja ela qual for, está diretamente ligada à situação política. Por exemplo, o fato de estadunidenses oferecerem “ajuda” policial para treinar agentes estrangeiros seria uma estratégia para exercer sua política externa de dominação sem causar grande choque. Da mesma forma, fugindo ao esquema internacional, a polícia enquanto instituição sustentada pelo Estado seria condicionada à ordem política estabelecida pelos dominantes.<sup>5</sup> Segundo a autora,

Toda ação policial é política, variando em *continuum*, desde a polícia visivelmente a serviço do poder organizado, como ocorre historicamente em grande parte da América Latina, até a dissimulação de seu relacionamento com o poder por ideologias de democracia e controle social, que afirmam transformar a polícia em mera extensão de um Estado neutro quanto a classes, e ‘do povo’.<sup>6</sup>

Ou seja, mesmo que se pretenda parecer “neutra”, acima dos interesses políticos e sociais de classes perante ao “povo”, o papel da polícia ainda seria “impedir, coibir ou controlar conflitos que apresentem ameaça ao regime, a fim de criar e manter o monopólio do uso da força coercitiva por parte de um Estado estruturado em bases de classe.”<sup>7</sup>

Ao estudar os materiais produzidos por esse órgão policial no contexto destacado pretendemos encontrar evidências do discurso político da época (a saber, da necessidade de proteção da soberania nacional frente à ameaça nazista) na ação policial e na representação do “inimigo”, na forma como o mesmo é apresentado pela DESPS/DF para a sociedade em geral. Captando também informações que esclareçam o funcionamento do trabalho da polícia política enquanto organização, seus mecanismos de investigação e perseguição, as acusações que pesavam sobre os suspeitos e os conceitos (ou preconceitos) que tinham sobre eles.

Não devemos esquecer, contudo, que o trabalho com esse tipo de fonte requer cuidados especiais, sobretudo no tocante às interpretações. Carlo Ginzburg defende a adoção de processos criminais como fonte, mas atenta para os diálogos implícitos embutidos nesses textos os quais exigem atenção para além do que está exposto, reafirmando a importância da interpretação e a crítica das fontes.<sup>8</sup> Entendemos, assim, que devemos lançar olhar crítico sobre o texto lido, mantendo sempre um distanciamento e considerando o interesse dos autores por apresentar certas “verdades” e ocultar outras. Por outro lado, esses materiais são úteis para analisarmos os mecanismos utilizados para investigar o inimigo e como esse era caracterizado pelos agentes repressores.

A questão da representação é bastante explícita em *A História Cultural*, de Roger Chartier trabalho a partir do qual entendemos que as percepções do social não são neutras, mas construídas de acordo com interesses daqueles que as forjam. Por isso, a necessidade de avaliar bem os discursos produzidos de um grupo sobre o outro. Grupos sociais formulariam conjunto de ideias sobre outros a despeito dos atores sociais, não deixando espaço para a

---

<sup>5</sup> HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo. Ed. Cortez. 1998.

<sup>6</sup> HUGGINS, Martha K. Op. Cit., p.10.

<sup>7</sup> HUGGINS, Martha K. Op. Cit., p.11.

<sup>8</sup> GINZBURG, Carlo. Inquisidor como antropólogo: uma análise e suas implicações. IN: Ginzburg, Carlo(org.) *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989. Esse trabalho é uma resposta do autor àqueles que criticavam a utilização de processos inquisitoriais como fontes históricas.

existência de outra identidade fora de sua representação.<sup>9</sup> Dessa forma, devemos estar atentos àquilo que nos é passado pelos agentes policiais em relação aos nazistas, pois nos revelam bastante, mesmo que implicitamente, aquilo que a própria polícia é e sua forma de trabalho. No caso de grupos dominantes, a “verdade representada” serviria como arma para dominação e repressão. Ele diz:

As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tentar impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou delimitações não é, portanto, afastar-se do social-como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas-, muito pelo contrario, consiste em localizar os pontos de afastamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.<sup>10</sup>

Esses materiais dizem muito sobre a própria instituição que os produz, sobre a lógica e o contexto no qual está inserida. Tais representações seriam apenas uma das formas de se entender o social traduzindo posições e interesses específicos a despeito dos atores sociais. Assim, descrevem a sociedade de forma particular “tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse.”<sup>11</sup> Segundo o autor, a noção de representação,

Mais que o conceito de mentalidade, ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças as quais uns ‘representantes’ (instancias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.<sup>12</sup>

No caso estudado, as representações forjadas pela DESPS/DF tenderiam a reafirmar a ideia de defesa da soberania nacional e da periculosidade dos “alemães” e o combate aos inimigos da nação.

Pensando a DESPS/DF como uma instituição dotada de lógica de trabalho e imaginários próprios, nos aproximamos do trabalho de Fredrik Barth que nos permitiu refletir sobre o fato de que grupos étnicos mantem relações sociais estáveis, preservando características próprias, mesmo convivendo com outros grupos.<sup>13</sup> Percebemos, assim, que os agentes da DESPS/DF enquanto integrantes de um grupo social se identificam como tal na fricção, em contraste, com o outro, através de práticas de reconhecimento e exclusão. Não haveria a mesma identificação e compartilhamento de valores com “grupos estranhos”. Nesse caso, o “outro” seria representado a partir das referencias daqueles que o representa.

---

<sup>9</sup> CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: *Bertrand Brasil*, 1990.

<sup>10</sup> CHARTIER, Roger. Op. Cit., p.17.

<sup>11</sup> CHARTIER, op. cit., p. 19.

<sup>12</sup> CHARTIER, op. cit., p. 23.

<sup>13</sup> BARTH, Fredrik. *Os grupos étnicos e suas fronteiras* IN: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

### *Acervos da DESPS/ DF e os relatórios investigativos*

Desenvolvemos essa pesquisa a partir de estudo e análise de alguns documentos produzidos, e alguns poucos apreendidos, pela DESPS/DF. Trabalhamos, mais especificamente, com dois fundos: Polícias Políticas e DESPS, ambos guardados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Atualmente, o APERJ guarda e disponibiliza acesso aos materiais dos arquivos de polícia política, operantes no Rio de Janeiro desde o início da república até a ditadura militar, sendo divididos em diferentes fundos, dentre os quais citamos: Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro; Departamento de Educação; Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara; e Departamento do Sistema Penitenciário e Divisão de Polícia Política e Social.

Os documentos do Fundo Polícias Políticas foram trazidos do Departamento Geral de Investigações Especiais, que teria sido o último órgão de polícia política no Rio de Janeiro.<sup>14</sup> Nesse fundo podemos encontrar informação sobre todas as polícias políticas que teriam atuado no Rio de Janeiro. Contudo, antes de ser recolhido e organizado no APERJ, todo esse material teria sido avaliado e selecionado pela equipe do Departamento Geral de Investigações Especiais. Esse fato coloca em xeque a integralidade do acervo, ainda que não tenhamos identificado sinais evidentes de censura.

O fundo “DESPS” deriva do fundo “Polícias Políticas” sendo também oriundo do Departamento Geral de Investigações Especiais e tendo passado pelo mesmo sistema de avaliação realizado por esse órgão. Nele, além dos documentos produzidos e apreendidos pela própria DESPS, podemos encontrar documentação oriunda de instituições que a antecederam, sobretudo da 4ª Delegacia Auxiliar<sup>15</sup>.

O acervo referente às polícias políticas que atuaram no Rio de Janeiro foi organizado ao longo do ano de 1993, num esforço conjunto de técnicos e pesquisadores de diversas áreas. Uma vez concluído o trabalho de organização desses arquivos, foi elaborado um trabalho bibliográfico intitulado *DOPS: a lógica da desconfiança*<sup>16</sup>, publicado ainda no mesmo ano pelo APERJ, em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça.<sup>17</sup> Lembramos aqui que, assim como discutido por Donald McKenzie, a ideia original do documento acaba sendo alterada devido à disposição que o mesmo recebe enquanto integrantes de acervos de arquivos, pois a montagem do acervo está relacionada a interesses daqueles que trabalham nela. Por isso, o resultado final, trará impressões que correspondem aos anseios desses grupos.<sup>18</sup>

O acervo da DESPS é composto por materiais variados, incluindo até mesmo materiais oriundos de órgãos antecessores. Dentre o conteúdo destacam-se:

---

<sup>14</sup> Essas informações foram extraídas do próprio site do APERJ localizado no seguinte endereço: [http://www.aperj.rj.gov.br/g\\_policias\\_politicas.htm](http://www.aperj.rj.gov.br/g_policias_politicas.htm). Último acesso em 08/12/2011.

<sup>15</sup> A 4ª Delegacia Auxiliar foi criada a partir do Decreto n. 16107, de 2 de agosto de 1923. Ao criá-la, diretamente subordinada ao chefe de polícia, as autoridades policiais pretendiam ampliar os serviços de investigação policial e os recursos técnicos da polícia. Trabalhava no combate às agitações sociais e vigilância de estrangeiros, dentre outras coisas. Esse órgão foi extinto em 1933 com a criação da DESPS. Alguns autores consideram a 4ª Delegacia Auxiliar como embrião da polícia política no Brasil. Site do APERJ localizado no seguinte endereço: [http://www.aperj.rj.gov.br/g\\_policias\\_politicas.htm](http://www.aperj.rj.gov.br/g_policias_politicas.htm). Último acesso em 08/12/2011.

<sup>16</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *DOPS; a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, 1993.

<sup>17</sup> Cabe dizer que a disponibilidade desse material resultou das lutas pela garantia dos direitos humanos (*habeas-data*), iniciada em 1991. Contudo, a permissão para a organização do mesmo só teria sido iniciado em janeiro de 1992, a partir da autorização do Secretário de Estado de Justiça, Dr. Nilo Baptista. Naquela época, essa atitude teria sido possível porque as autoridades estaduais também visavam auxiliar o grupo *Tortura Nunca Mais* na busca de informação por militantes político desaparecidos durante a década de 1970. Percebemos, então, que a organização desses documentos veio a se realizar para atender ao interesse político e aos anseios sociais num contexto de abertura política do país recém-saído da ditadura militar e às vésperas do Golpe Militar de 1964.

<sup>18</sup> MCKENZIE, Donald F.. *Bibliografía y Sociología de los Textos*. Madrid: Akal, 2005.

dossies de associações, sindicatos, sociedades recreativas, esportivas, etc.; prontuários individuais, copiadores de correspondência expedida; livros de protocolo de entrada e saída de correspondência; boletins, comunicações e relatórios administrativos de atividades; prontuários individuais de presos condenados ou detidos; livro de registro dos serviços de plantão da Delegacia e das Secções de Segurança Política e Social. Além desses documentos foram também identificados; documentos de pessoal da DESPS, cópia de inquéritos decorrentes da Lei de Segurança Nacional, salvo-condutos, negativos e ampliações fotográficas dos detidos e mapas de presos.

Ressalta-se a existência de documentos apreendidos tais como: documentos pessoais, objetos tridimensionais, publicações e originais de poesia, roteiros de filme, ensaios e artigos”<sup>19</sup>.

Os documentos produzidos pela DESPS foram organizados pelos arquivistas do APERJ por assunto e encontram-se divididos em 21 “setores”: Administração, Alemão, Austríaco, Averiguações, Diversos, Espanhol, Espionagem, Estados, Francês, Geral, Inglês, Inquéritos, Integralismo, Italiano, Japonês, Mapa de Presos, Militar, Norte-americano, político, sindicatos e sul-americano. Não foi possível verificar se esta era a organização original da documentação.

No trabalho de construção desta pesquisa concentramos a atenção sobre um tipo específico de fonte encontrada nesse acervo. Trata-se de dossiês de investigação localizados no setor alemão. Esses documentos mostraram-se relevantes para o desenvolvimento de nosso trabalho ao passo que expressam a lógica investigativa da instituição em relação aos “alemães” e, a partir dela, pudemos identificar a imagem criada pela polícia em relação ao inimigo nazista<sup>20</sup>.

Nessas pastas encontramos documentação relativa ao controle das atividades de alemães e descendentes, empresas (seus funcionários e/ou dirigentes), instituições e clubes. Também há muitos dados relativos a investigações sobre espionagem.

Os temas dos documentos giram em torno de espionagem; atuação da Gestapo e do Partido nazista no Brasil e na América latina; propaganda étnica; e nazista ou anti-nazista (através de rádios, agências de notícias, de empresas e jornais).

A partir de 1942, com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, percebemos o acúmulo de informações sobre o fechamento de muitas instituições, agremiações, clubes, empresas, etc. A embaixada e os consulados também foram alvos ora de garantia de segurança, ora de sindicâncias, tendo sido apreendidos vários documentos.

#### *Análise do material e métodos de trabalho*

Os textos possuem origens diversas, uns são produtos de atividade de investigação, outro de agentes implantados em certos ambientes, denúncias ou até mesmo cartas de superiores a agentes da DESPS, mas a temática recorrente é sempre a mesma: atividades nazistas em território brasileiro.

Encontramos muitas correspondências endereçadas ao chefe de polícia do Distrito Federal, seja com dados complementares a investigações, solicitando reforços ou informações

---

<sup>19</sup> APERJ, *Os arquivos das polícias políticas: reflexos da nossa história contemporânea*, p.14

<sup>20</sup> Apesar de disposto no fundo Polícias Políticas, o setor alemão é composto por documentos produzidos pelas DESPS/DF divididos em 24 pastas. O processo de análise de setor não foi concluído. Para confecção desse trabalho utilizamos as notações 1,1-cont,3e 4, pois atendiam ao nosso recorte temporal. A pasta alemão 2 estava passando por processo de reparação. Por isso, não pudemos consultá-la.

sobre acusados e até mesmo mensagens de alerta, reforçando o caráter central da instituição no combate à espionagem nazista.

De todas as informações transmitidas por esses materiais destacamos que não há referências individuais dos agentes. Os textos são apresentados em material timbrado e datilografado. Em alguns momentos, contudo, encontramos algumas anotações e rascunhos aparentemente desconectados com o restante do material, mas sem informações completas.

No tocante às fontes, analisamos sua materialidade em dois aspectos: por ser institucional, seguem um padrão de produção textual, não só na forma como também na repetição de algumas palavras como “alemães”, “nazistas”, “soberania”, como veremos adiante. Outra observação é que esse padrão se repete também no perfil dos vigiados, situações consideradas suspeitas e lugares de atuação. Poucos são os relatos de casos distintos, conforme também será possível perceber nos trechos trabalhados nos capítulos e nos anexos que selecionamos.

Restringimos nosso trabalho às fontes policiais, pois nosso objetivo reside especificamente em verificar como esse órgão criava e recriava representações sobre si mesmo e sobre seus inimigos. Esses documentos são úteis para obter dados sobre o esforço de repressão contra os “inimigos do Estado”, dentre os quais o nazismo, que tomamos como pano de fundo.

Optamos pela análise do discurso de uma instituição que representa a repressão num momento de suspensão de direitos, pois consideramos oportuno nesse momento em que o país se volta para seu passado e se preocupa em mexer com a memória de regimes ditatoriais, criando órgãos como a Comissão da Verdade, que objetiva avaliar a realização de crimes políticos. A opção pelo nazismo como pano de fundo, reside no fato de o assunto de manter sempre atual, é algo que deve ser sempre lembrado para que as atrocidades cometidas durante o regime de Hitler não voltem a acontecer, apesar da onda revisionista, que procuram tornar irrelevantes o mal causado pelo regime nazista.

Levamos em conta que esses documentos foram produzidos num contexto especial, e trazem consigo toda a carga ideológica do período. A partir disso, pretendemos extrair dos documentos produzidos pela própria polícia como a instituição se apresenta e representa seu inimigo. Não pretendemos avaliar a veracidade dos registros, mas manteremos certo distanciamento para chegar à lógica desses “produtores de discurso” o qual atende a uma necessidade específica de uma instituição que ocupa lugar de destaque na sociedade, a saber controle e repressão social (órgão principal de perseguição a inimigos políticos).

### *Capítulos*

Este trabalho está dividido em três capítulos.

O objetivo do capítulo primeiro é apresentar o contexto político no qual a DESPS/DF foi criada apontando os fatores que fundamentaram sua existência nas décadas de 1930 e 1940. Apresentaremos um breve resumo da história da polícia no Brasil e sua atuação no Rio de Janeiro, mais especificamente, a partir da instauração do regime republicano no país (1889) até o início do Estado Novo (1937). Nesta abordagem nos interessa destacar a originalidade do serviço da DESPS/DF em relação às organizações policiais que a antecederam. Aqui foi relevante a análise de relatórios e dossiês disponíveis no setor Administração do fundo Polícia Política do APERJ os quais fornecem dados sobre criação, função e serviços realizados pela polícia política estadonovista.

No capítulo II trabalhamos sobre a hipótese que a lógica de trabalho da DESPS/DF estaria baseada a ideia da existência de um plano nazista para tomar militarmente parte de território brasileiro. Para isto trataremos, inicialmente, da organização do Grupo Local do Partido Nazista no Rio de Janeiro ao longo dos anos 30. Em um segundo momento, abordamos o início das práticas repressivas e perseguições às atividades nazistas na capital do Brasil. Por fim, trabalhamos, com base na bibliografia consultada e análise de materiais

como relatórios e inquéritos policiais, a hipótese que as representações produzidas pela polícia política sobre os suspeitos de envolvimento com o nazismo tomava estes indivíduos como pessoas que estavam dispostos a atacar o país seguindo ordens diretas vindas da Alemanha. Estas representações incluíam também duas outras variáveis: a sofisticação de seus métodos de espionagem e a sua constituição em um grupo bem organizado e estruturado no país para fins militares. Nosso interesse foi analisar o discurso que justificava as práticas de repressão por parte da DESPS/DF a fim de compreender a lógica de investigação da instituição em destaque.

No último capítulo buscamos apresentar o discurso da polícia sobre seus inimigos (o perigo representado pelo nazismo) e sobre si própria (ao se apresentar como defensora da soberania nacional, validando o discurso político estadonovista). Nesse momento, lançamos mão de relatórios de agentes, dossiês sobre atividades nazistas no Brasil e entrevistas concedidas por Delegados Especiais aos órgãos de imprensa da época.





## Capítulo I

### Organização policial brasileira e a criação da DESPS/DF

A década de 1930 foi especialmente marcante na política brasileira. A chegada de Getúlio Vargas à presidência da república a partir de um golpe de Estado resultou em profundas alterações em suas instituições, inclusive a polícia brasileira teria sido aperfeiçoada a partir desse momento. Assim, teria iniciado o processo de construção de uma polícia que pretendia ser especializada, eficiente na manutenção da ordem social e combatente às ameaças contra o Estado.

#### *O nascimento da República e a necessidade de reformas*

Na perspectiva de Lucia Carpi e Jéssica Campos<sup>21</sup>, com o advento da República, o Estado recebeu a atribuição de controlar o social, sobretudo por meio da intervenção nas instituições policiais para constituir um instrumento eficaz no desempenho desta tarefa, restringindo o uso privado da violência exercido desde os tempos coloniais.<sup>22</sup>

Em fins do século XIX e início do século XX, fatores como o fim da escravidão e o crescimento do setor industrial no Brasil possibilitaram a transferência de grande contingente populacional do campo para as cidades fazendo do espaço urbano um cenário de conflitos entre grupos sociais distintos, pois ali circulavam ex-escravos marginalizados, operários, desempregados, burgueses. Também havia conflitos internos como entre operários brasileiros e imigrantes, por exemplo. Analisando essas questões, Carpi e Campos concluíram que foi na cidade que o Estado pode exercer seu papel de agente do controle social em contraposição às forças particulares que predominavam no campo. A partir de então, o Estado

passa a monopolizar os mecanismos formais de controle e do exercício físico de repressão, agora na esfera do domínio público. Caberá então ao Estado regulamentar e enquadrar o ‘mundo do trabalho’ e do ‘não trabalho’, ‘os bons e os maus cidadãos’.<sup>23</sup>

Naquele contexto, manter aquilo que a elite considerava como ‘mundo do não trabalho’ (trabalhadores desempregados, desordeiros, bêbados, contraventores) sob controle também se tornou atribuição básica da Polícia Civil do Rio de Janeiro.<sup>24</sup>

Durante as reformas urbanas de Pereira Passos, a polícia ganhou destaque na contenção de protestos urbanos. Para atender ao novo perfil da capital foram previstas mudanças que consistiam na ampliação de seu efetivo, na profissionalização da categoria a partir da criação de uma “Escola da Polícia” e na especialização técnica da instituição. Contudo, esses esforços de modernização esbarraram, entre outras coisas, nos baixos salários pagos aos policiais e na falta de instrução desses.<sup>25</sup>

Relevante melhoria no serviço policial teria sido observada com o estabelecimento de critérios para a ocupação do cargo como escolaridade mínima e ingresso por concurso público anos mais tarde. Outra mudança significativa teria sido apresentada com a criação do Serviço Médico Legal, do gabinete de Identificação e Estatística e do Gabinete de Investigações e Capturas, uma vez que atribuíram caráter considerado “mais científico” às investigações e

---

<sup>21</sup> CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura. Polícia, ciência e ‘higiene social’. IN: *DOPS; a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, 1993.

<sup>22</sup> O desenvolvimento da polícia no Rio de Janeiro e sua relação com a população comum é abordada por Thomas Holloway em *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1997.

<sup>23</sup> CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura, op.cit, p.29.

<sup>24</sup> CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura, op.cit, p.30.

<sup>25</sup> CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura, op.cit, p.29.

ações policiais, o que “legitimava, juntamente com as intervenções do judiciário, a atuação policial e o emprego da violência no sentido de garantir a ordem.”<sup>26</sup>

As autoras concluem que ao final dessas reformas, o que se teve foi uma polícia ainda composta por agentes majoritariamente despreparados, preconceituosos e a serviço das elites no Brasil. Não por acaso, negros e mulatos caracterizados como “vadios”, “bêbados” ou “desordeiros” eram, em maioria, alvo dos policiais. Em suma, “a formação e atuação do policial continuavam muito distantes das propostas de cientifização e modernização da polícia.”<sup>27</sup> Ou seja, mesmo passando da esfera do privado para o público, o controle social ainda atendia aos interesses das oligarquias.

O esforço do Estado republicano brasileiro em assumir o controle social e aperfeiçoar a instituição policial para esse nos remete à questão da modernização do Estado, tal qual discutida por Max Weber. Para Weber, o Estado enquanto instituição resultante da organização política e social de um grupo seria responsável por manter a coesão social. Para isso, detém o monopólio da violência legítima poder que pode ser delegado em maior ou menor escala em diferentes situações.<sup>28</sup>

No caso brasileiro, a transferência do uso da violência da esfera privada para a pública seguida da expansão do poder policial não se deu sem maiores transtornos. No livro *Guerra nas ruas*, Marcos Bretas apresenta uma análise sobre os conflitos gerados a partir do momento em que o Estado expande o poder policial para a esfera do público, entre fins da década de 1890 e a década de 1920.<sup>29</sup> Segundo Bretas, a incipiente república se mostrou ineficaz para definir ações da polícia, deixando, assim espaço aberto para práticas arbitrárias.

Por outro lado, a polícia civil era desacreditada pela sociedade, que atribuía maior autoridade às Forças Armadas, ao Exército em especial. Além das limitações de sua própria organização, a polícia enfrentava dificuldade para se impor ante às demais instituições armadas ou com poder coercitivos, públicas ou particulares, competindo com essas pelo monopólio da força. Sobre essa situação, Bretas relata que

O Exército, a Marinha e a Guarda Nacional envolviam-se a todo momento na atividade policial, seja como promotores de desordens, seja como força repressiva, e às vezes exercendo papel de intermediação em favor de conhecidos ou de pretensos injustiçados, vítimas de arbitrariedade policial.<sup>30</sup>

Mais adiante, o autor concluiu que “A população do Rio participava ativamente desse conflito, sempre apoiando o Exército contra a polícia.”<sup>31</sup> Com a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, houve uma centralização de poderes de decisão nas mãos do presidente.<sup>32</sup>

Neste contexto foi construída a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) para tratar dos crimes políticos e sociais. No Distrito Federal esse órgão foi criado

<sup>26</sup> CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura, op.cit, p.30.

<sup>27</sup> CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura, op.cit, p.31.

<sup>28</sup> WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: LTC, 2002, p. 50.

<sup>29</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro:Arquivo Nacional, 1997.

<sup>30</sup> BRETAS, Marcos Luiz., op cit., p.55.

<sup>31</sup> BRETAS, Marcos Luiz., op cit., p.56.

<sup>32</sup> Elizabeth Cancelli (CANCELLI, Elisabeth. *O mundo da violência; a polícia da era Vargas*. Brasília: Ed.UNB, 2ª Edição, 1994.) afirma que Vargas, ainda durante o governo provisório (1930-1934) concentrou em sua pessoa os poderes de decisão do Estado. Do mesmo modo, Robert Levine (LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.) conclui que o presidente não delegava autoridade nem mesmo a seus ministros e que a polícia controlava todas as esferas do governo, inclusive Filinto Müller, chefe da Polícia Civil do Distrito Federal entre 1933 e 1941, despachava no gabinete da presidência, ainda que fosse funcionalmente subordinado ao Ministro da Justiça.

por determinação do decreto nº 22.332 de 10 de janeiro de 1933 sob a justificativa de proteger o povo brasileiro dos perigos iminentes, como a constante ameaça comunista. A DESPS/DF foi formada a partir da Polícia Civil do Distrito Federal, mas era independente da polícia administrativa e da polícia judiciária<sup>33</sup> sendo subordinada diretamente ao chefe de polícia civil do Distrito Federal. Além disso, estava relacionada a Seção de Segurança Política e a Seção de Segurança Social para tratar dos crimes políticos e sociais.

De acordo com Marília Xavier, com a DESPS/DF teria surgido, formalmente, a polícia política no Brasil.<sup>34</sup> Entretanto, a atividade de Polícia Política poderia ser identificada desde o século XIX. Ela diz que:

O acompanhamento da legislação básica geradora das reformas policiais desde o início da República nos revela um fio condutor quanto à origem de uma polícia política no interior da organização policial que, apesar de não ser especializada, conduzia a tramitação policial das matérias ligadas ao tema. A recorrência aos termos privativo, extraordinário e regulamento especial nos textos legislativos relativos aos órgãos de segurança deste período exprimem de modo significativo a importância do papel da chefia de polícia no tocante a esse assunto.<sup>35</sup>

A chegada do regime republicano trouxe projetos de reformas ao país. Essas não se aplicavam apenas ao campo político, mas também ao social.

Xavier identifica uma relação entre a DESPS/DF e a 4ª Delegacia Auxiliar, a qual também compunha a antiga Polícia Civil do Distrito Federal. A 4ª Delegacia Especial já possuía um serviço de investigação e repressão na década de 1920, contudo, não havia uma fronteira bem definida entre o crime político e o crime comum. Ela também diz que:

A denúncia do comportamento que condenava o crime ‘político’ consistia em relatórios policiais que, em geral, afirmavam o acusado como ‘perigoso para a sociedade’. O ‘modus operandi’ do aparelho policial e a manutenção da ordem pública cumpriam-se num ambiente de desconhecimento e despreparo. Os conceitos de ‘ordem e segurança pública’ se forjaram no interior do agir policial, onde a lógica da suspeição antecedia qualquer possibilidade de embate político.<sup>36</sup>

No tocante às forças policiais, Henrique Samet<sup>37</sup> analisa a função da polícia política desde a Proclamação da República até a criação da DESPS. Segundo o autor, no princípio do século XX havia a intenção por parte dos governantes de criar algo como uma “polícia científica” ou “especializada” em relação à polícia comum. Provavelmente, um órgão de inteligência contrapondo àqueles que apenas mantinham a ordem social. Essa polícia deveria agir na prevenção de crimes, invés de apenas prender e investigar criminosos.

Essas ideias surgiram em um contexto bastante específico quando a cidadania, ainda que teoricamente, é expandida inclusive aos “indesejáveis”, uma vez que perante a lei todos

---

<sup>33</sup> Conforme Flavia Martins André da Silva, citando o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, no artigo intitulado Poder de polícia, o que distingue a polícia administrativa da polícia judiciária seria que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica. O artigo está disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2634/O-poder-de-policia>. Último acesso: 14/5/2011.

<sup>34</sup> XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais da polícia política. IN: *DOPS; a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, 1993.

<sup>35</sup> XAVIER, Marília. op.cit, p.33.

<sup>36</sup> XAVIER, Marília. op.cit., p.35.

<sup>37</sup> SAMET, Henrique. *Função de Polícia Política na I República*. In: Arquivo & História: Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Niterói. n. 1, novembro de 1994, p. 7-14.

são iguais e que a expansão das cidades, do Distrito Federal em especial, traz diversos grupos sociais para o cenário urbano. Samet ainda destaca que durante a primeira república e até 1935, os crimes políticos e comuns eram tratados de forma semelhante, pois

Essa generalização, certamente, não era fruto de ingenuidade ou resquício de uma sociedade menos complexa, pois a função de uma polícia política é expressamente citada nas competências da chefe de polícia até 1907. A postura generalizante voltada para a ‘manutenção da ordem pública’ servia para diluir movimentos coletivos em transgressões singulares, ações individuais suscetíveis de penalização.<sup>38</sup>

O autor destaca ainda que todos que perturbavam a ordem social desejada pelos governantes eram denominados “indesejáveis” fossem eles vagabundos, ébrios, capoeiras, prostitutas, anarquistas ou comunistas. O crescimento da população trazia maior preocupação ainda com os “indesejáveis”, o que tornava necessário o aumento das forças e do controle policiais. Já em 1891, o autor identifica a preocupação em conter imigrantes ‘perturbadores da ordem’.<sup>39</sup>

Samet conclui que, ao fim desse processo de especialização, a ação policial, focada nas classes mais pobres, passou a dar um maior destaque à suspeição do que ao cenário do crime propriamente dito.<sup>40</sup> Isto reforçaria a tese de que a atuação da instituição policial, ainda que incrementada pela introdução das técnicas investigativas modernas, estava ancorada mais nas representações sociais dos policiais sobre seus objetos de investigação do que no uso da técnica investigativa propriamente dita. Para o autor,

A preocupação fundamental não é a equação de crimes praticados-crime resolvidos e sim a quantidade de prisões e inquéritos que a grosso modo só mostram serviços e não soluções.<sup>41</sup>

Em seu estudo sobre o serviço da polícia política no Rio de Janeiro, Marcos Bretas foca o trabalho no desenvolvimento da instituição a partir dos levantes militares que marcaram a década de 1920 no Brasil.<sup>42</sup> A polícia política no Brasil, em sua análise, teria surgido num momento de redefinição do papel do Estado, numa época de reforma quando a polícia passa a intervir nos assuntos políticos e aperfeiçoa mecanismos criados para reprimir levantes sociais de diferentes ordens. O autor afirma que a penetração cada vez maior do anarquismo, por exemplo no movimento operário foi acompanhado pelo crescimento do esforço de especialização dos policiais, contudo, opta por não apontar uma data para o surgimento da polícia política no Brasil. Priscila Perazzo<sup>43</sup> apresenta versões de autores que consideram o trabalho repressivo da polícia varguista como continuidade do trabalho policial do início da república brasileira, visão contrária àquela apresentada por Elizabeth Cancelli<sup>44</sup> segundo a qual a polícia política seria um tipo diferenciado de instituição.

---

<sup>38</sup> SAMET, Henrique., op cit, p.65.

<sup>39</sup> SAMET, Henrique., op cit., p.65-68.

<sup>40</sup> Na documentação da DESPS/DF analisada não encontramos muitos crimes resolvidos ou planos desbaratados, mas muitas investigações e suspeitas sem conclusão.

<sup>41</sup> SAMET, Henrique., op cit,p.72.

<sup>42</sup> BRETAS, Marcos. *Polícia e polícia política no Rio de Janeiro dos anos 1920*. Arquivo & História. Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 3, p. 25-34, out. 1997.

<sup>43</sup> PERAZZO, Priscila, op.cit.

<sup>44</sup> CANCELLI, Elizabeth. op.cit.

A criação da DESPS teria sido acompanhada da reformulação de toda a estrutura policial do Distrito Federal e seu modelo serviu de referência para as demais delegacias estaduais.<sup>45</sup>(ANEXO A)

Não teriam sido poupados esforços, nem investimentos na contratação e especialização de agentes policiais, pois, se antes a polícia era desorganizada e desacreditada, com a DESPS, o Distrito Federal passou a contar com um corpo policial técnico e especializado.<sup>46</sup>

Para Elizabeth Cancelli<sup>47</sup>, a criação da DESPS/DF teria sido a maior “surpresa” de todas as mudanças feitas na polícia até então. Ela revela que, no ano em que foi criada (1933), a Delegacia era pequena e contava com apenas sete pessoas e investigadores cedidos de outros órgãos policiais, mas a “maior reestruturação policial jamais vista” teria ocorrido no ano seguinte, em 1934 com a assinatura do decreto-lei 24.531 de 2 de julho que detalhava

desde as atribuições de um simples porteiro do prédio da polícia do Distrito Federal, até a maneira pela qual deveria ser feito o esquadrinhamento da cidade do Rio de Janeiro para a distribuição dos seus trinta distritos policiais e da garantia de um controle social do espaço urbano.<sup>48</sup>

Nesse mesmo trabalho Cancelli também destaca que o Congresso Nacional de Autoridades Policiais, realizado no Rio de Janeiro em 20 de outubro de 1936 e que reuniu secretários de segurança e chefes de polícia de todos os estados brasileiros, teria sido um momento fundamental para a organização da estrutura policial no país, ao passo que possibilitou uma maior configuração da polícia e a definição de alvos, a fixação de normas padrão, a definição de métodos de perseguição de “estrangeiros” e “indesejáveis”, sobretudo comunistas.

Dentre os objetivos do Congresso figuravam: a unificação do trabalho policial, a promoção do entendimento ente as lideranças regionais e o aumento do prestígio do chefe de polícia do Distrito Federal.

Em 1939 teria sido realizada uma significativa reforma institucional quando foi criado o Gabinete Técnico, departamento estruturado a fim de organizar as informações do serviço de repressão.<sup>49</sup> Os dados coletados e considerados importantes eram repassados para a Polícia do Distrito Federal, garantindo centralização máxima dos serviços e informações. Por outro lado, a liberação ilimitada de verbas garantiu que a DESPS/DF se mantivesse bem remunerada e bem organizada, diferente de outros órgãos policiais. Comparando os organogramas que demonstram a estrutura inicial (1933-1937) e a estrutura final (1943-1944) podemos perceber a crescente especialização e o investimento em capital humano na instituição.

Assim, a polícia política tornou-se responsável por investigar e processar os supostos autores dos crimes prescritos na Lei de Segurança Nacional, os quais exigiam maior complexidade. Retomamos aqui o estudo de Martha Huggins, pois a autora entende o investimento em profissionalização da polícia como uma forma de dissimular o caráter político da ação policial, criando a falsa impressão de neutralidade, ou ‘poder de ninguém’, como define a autora. Em suas palavras,

---

<sup>45</sup> A Era Vargas: dos anos 20 até 1945; polícia política. Site CPDOC FGV: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/PoliciaPolitica>. Último acesso: 04/02/2011

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> CANCELLI, Elizabeth. op.cit.

<sup>48</sup> CANCELLI, Elizabeth. op cit, p.60.

<sup>49</sup> Não encontramos indícios de mudanças estruturais significativas entre 1936 e 1939.

A ‘profissionalização’ da ação policial perpetua o poder e o privilégio de poucos, mediante uma reorientação ideológica da polícia com relação a seu trabalho. Através de mudanças tecnológicas e organizacionais no instrumento da ação policial, a polícia leva a cabo seu trabalho de sustentação da desigualdade sócio-estrutural, embora não pareça estar fazendo tal coisa.<sup>50</sup>

Pretendemos demonstrar ao longo deste trabalho que todos esse investimento na polícia política estadonovista objetivava mais proteger o próprio regime que a sociedade como um todo.

Lembramos também que a constituição de uma polícia política durante o primeiro governo de Vargas (1930-1945) não foi um fato isolado em relação a países ocidentais liderados por governos autoritários. Nos trabalhos de Hannah Arendt<sup>51</sup> e de Maria Ribeiro<sup>52</sup> observamos íntima relação entre governos autoritários e forças policiais especiais. Arendt analisa aquilo que ela chama de Totalitarismo, regimes políticos típicos do Século XX e materializados no Terceiro Reich na Alemanha e no Stalinismo na União Soviética. Para Arendt, os regimes totalitários combinam formas de construção de consenso por meio da propaganda com o exercício do terror de Estado por meio da repressão àqueles considerados pelo regime como elementos politicamente indesejáveis, definidos como “inimigos”. Esta é a função primordial da Polícia Política. A Gestapo, na Alemanha nazista, instituição com a qual a polícia brasileira estabeleceu parcerias no tocante a perseguição ao comunismo, inclusive enviando agentes para treinamento e aperfeiçoamento naquele país, é um exemplo desse modelo.<sup>53</sup>

Maria Ribeiro analisa a polícia política durante o Estado Novo português (1932-1974) e, a partir do governo de Salazar, conclui que o fenômeno de organização e politização da polícia política é um atributo referente ao período entreguerras (1918-1939), uma situação compatível ao surgimento de regimes totalitários ou autoritários e que, apesar das diferenças existentes entre estes regimes, apresentam como elemento comum um maior ou menor grau de institucionalização da violência.

*Estado Novo: um novo Estado, uma nova polícia*

A partir da promulgação do Estado Novo, a DESPS/DF recebeu maiores poderes e, assim, pode garantir que o novo projeto político fosse consolidado. Naquele contexto havia grande preocupação com possíveis interferências que prejudicassem a relação entre sociedade e Estado. Por isso, em fins da década de 1930, o combate ao comunismo e a assimilação dos estrangeiros foram transformados em assunto de primeira ordem nas esferas governamentais.

A postura que Vargas manteve desde o governo provisório atraiu para seu lado grupos de intelectuais que há muito estavam descontentes com os rumos da república e com o poder oligárquico, principalmente aqueles simpatizantes do autoritarismo, como Azevedo Amaral e Francisco Campos. A partir dessa união, foi construída a “ideologia do Estado Novo”, pois forjar uma política articulada pelo nacionalismo centralista, enfatizando a ideia de raízes

---

<sup>50</sup> HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo. Ed. Cortez. 1998, p. 12.

<sup>51</sup> ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>52</sup> RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia política no Estado Novo : 1926-1945*. Lisboa : Estampa, 1995.

<sup>53</sup> Em 25 de novembro de 1936 Alemanha e Japão assinaram o Pacto Anti- Komintern em oposição à União Soviética. Em 1937 a Itália passou a participar do Pacto. A preocupação em frear o avanço comunista era um ponto comum entre Brasil e Alemanha no período entre guerras. Por isso, agentes policiais foram enviados àquele país para serem treinados.

nacionais e buscando traços homogeneizadores na construção discursiva do “Povo Brasileiro” seria uma atitude urgente para assegurar o poder.<sup>54</sup>

Este esforço se mostrou particularmente visível durante a implantação do projeto de nacionalização do Estado Novo diante a preocupação do governo em criar símbolos nacionais que remetessem a unidade e ao passado em comum do povo brasileiro.

No artigo *As duas faces da repressão: semelhanças e diferenças da polícia política durante o Estado Novo (1937-1945) e durante a Ditadura Militar (1964-1983)*, Thiago da Silva Pacheco afirma que

o Estado Novo, com o apoio das elites, apresenta-se, de acordo com seus defensores, a única via para a industrialização e crescimento do Brasil garantindo uma estabilidade econômica, social e política. Neste contexto, as propostas liberais, integralistas e comunistas, assim como seus partidários, tornam-se perigosos ao projeto de desenvolvimento nacional e sua ordem, na medida em que o Estado Novo configura-se como a única forma de levar o Brasil ao desenvolvimento almejado. Tais idéias tornam-se, a partir da visão doutrinária aqui demonstrada, ameaças que devem ser contidas em prol do crescimento da nação.

Dentro deste paradigma são considerados inimigos do povo e da nação quaisquer opositores do governo, e subversivo aquele que apresenta conceitos diferentes de governabilidade ou críticas ao Estado Novo, pois estes levariam o país à desordem e cerrariam seu desenvolvimento. Neste contexto, a atuação de liberais democratas, integralistas e comunistas, bem como suas propostas políticas, mostra-se como obstáculos a serem removidos e eliminados, através de um aparelho repressor.<sup>55</sup>

Nesse ponto, retomamos a perspectiva de análise de Cancelli e percebemos que as questões ideológicas e sociais serviam como pano de fundo para justificar as mudanças que se faziam, sobretudo no tocante ao aparato policial, que passou por profundo reaparelhamento durante os anos 30 e 40 e possibilitou a construção do Estado que se pretendia fundar. Afinal, um novo regime carecia de uma nova polícia e, não por acaso, a chefatura da polícia do Distrito Federal passou a exercer poder direto sobre os órgãos de repressão federais e estaduais na década de 1930.

Em *Estado autoritário e ideologia policial*, Regina Célia Pedroso, afirma que a legislação republicana teria reforçado a preferência dos controladores sociais pelos criminosos de origem social. A autora identifica que nas primeiras décadas do século XIX houve a preocupação em definir um modelo de criminoso, mas uma atitude efetiva só teria sido tomada nas décadas de 1920 e 1930. A partir de então a repressão política e social teria se tornado prática rotineira no Brasil. Essas ações seriam justificadas pela necessidade de manutenção da ordem sendo baseada na ideologia política da época, que por sua vez, representavam os ideais burgueses. A polícia agia contra os marginalizados sociais. Em suas palavras,

---

<sup>54</sup> Essa questão nos remete ao estudo de Eric Hobsbawm sobre a invenção das tradições. A partir de análise sobre a sociedade inglesa e os projetos de nação formulados desde o século XIX, Hobsbawm nos fala que para solidificar uma nova situação de governo surgido de uma situação de crise ou revolução era preciso criar certos costumes que a ratificasse. Esses devem remontar ao passado levando a sociedade a se identificar com uma origem em comum, fundamental para criar laços de unidade nacional. (HOBSBAWM, Eric J. e e TERENCE, Ranger. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.)

<sup>55</sup> PACHECO, Thiago da Silva. “As duas faces da repressão: semelhanças e diferenças da polícia política durante o Estado Novo (1937-1945) e durante a Ditadura Militar (1964-1983)”. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, 4-1: 126-139, 201, p.128 Disponível em: [http://www.hcomparada.ifcs.ufrrj.br/revistahc/artigos/volume004\\_Num001\\_artigo006.pdf](http://www.hcomparada.ifcs.ufrrj.br/revistahc/artigos/volume004_Num001_artigo006.pdf). Último acesso: 04/02/2011.



A influência da ideologia política foi fundamental, porém as instituições estatais criaram uma forma própria de conviver com as ideias provenientes do Estado adaptando-as à realidade vivida. A polícia como instituição mantenedora da ordem pública, agirá a partir de uma constelação de ideais, dentre eles está a consecução das leis, as diretrizes políticas do Estado, a auto-manutenção da instituição e sua promoção, entre outros.<sup>56</sup>

Para R. S. Rose, durante o Estado Novo teria sido desenvolvido um sistema de controle a fim de impedir uma mudança social significativa. Nesse sentido, foi desenvolvida sua estrutura de repressão e a violência institucional teria sido aperfeiçoada.<sup>57</sup>

Identificamos nas décadas de 1930 e 1940 um momento de reformulação e reestruturação da polícia política no Brasil, uma vez que nesse momento foi feito grande investimento em capacidade técnica e capital humano. No início dos anos 1940 a DESPS/DF sofreu mais mudanças organizacionais, pois a deflagração de outra guerra deixou as autoridades de segurança nacional em estado de alerta devido ao grande número de estrangeiros que residiam no país. Isto porque, as autoridades se orientavam pela pressuposição de que a chegada de novos imigrantes aumentava o risco de espionagem e o crescimento de atividades clandestinas no interior das colônias.

A partir da leitura de relatórios anuais enviados por delegados especiais ao chefe da polícia do Distrito Federal podemos observar o processo de estruturação daquela instituição, haja vista que não há informações precisas em outros documentos devido ao caráter confidencial do trabalho realizado por ela.<sup>58</sup> Nesses relatos, encontramos a instituição do Cartório para processo dos acusados de cometer crimes prescritos nas leis federais de 1938 assim como a criação de uma seção de um Arquivo Geral e Segurança Política e Social dentro da DESPS/DF a qual unificava informações sobre indivíduos e instituições observados pela polícia.

A estrutura de funcionamento e operação da Polícia Política apresentou um sistema padronizado durante o Estado Novo, dividindo-se em seis Seções. São elas: a Seção Política (classificada como S-1), responsável por crimes relacionados à segurança política e também pela vigilância sobre a Ação Integralista Brasileira, a Seção Social (classificada como S-2), que reprimia panfletos, propagandas, sindicatos e movimentos de esquerda, a Seção de Armas e Explosivos (classificada como S-3), responsável pela logística da Polícia Política, pelo seu treinamento com armas de fogo e pela fiscalização de armamentos, explosivos e materiais químicos inflamáveis, a Seção de Arquivo (classificada como S-4), onde estavam armazenadas e organizadas as informações produzidas por este órgão, o Serviço Reservado (classificado como S.R.), que efetuava a infiltração de agentes e serviços de campanha e observação secreta, e o Serviço de Ronda, responsável pelo patrulhamento a pé ou a carro por policiais a paisana, em rotas específicas da capital federal. Somados a esta estrutura, estavam os Agentes Secretos especialmente posicionados para fornecer informações sobre os grupos e indivíduos suspeitos, e o Serviço Secreto de Informações, chamado S.S.I., constituído na verdade de um enorme arquivo de fichas e prontuários acerca das atividades políticas de indivíduos suspeitos.<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup> PEDROSO, Regina Celia. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005, P.94.

<sup>57</sup> ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil - 1930-1954*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

<sup>58</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, setor Administração, 1-cont., 1-G, 1-H, 1-I.

<sup>59</sup> Relatório..APERJ, Fundo Polícia Política, setor, pasta, 1940. Cf. **ANEXO B**

Entendemos que foi a partir deste conjunto que a DESPS/DF baseou suas operações e que foi este sistema integrado de partes que fez funcionar a engrenagem repressiva do Estado Novo.

Nos arquivos da DESPS/DF encontramos no relatório de 1943 informes sobre a situação de todas as secções. Talvez seja esse o único disponível no acervo que descreve detalhadamente os serviços realizados por cada setor durante o ano e nos ajudam a compreender a tarefa destinada a cada uma delas.

Esse relatório expedido pela Secção de Segurança Política foi dividido em: Espionagem e Atividades anti-brasileiras e política nacional. Nele o relator afirma que nenhum novo caso de espionagem teria sido registrado em 1943 e atribui essa ausência ao sucesso das operações realizadas durante o ano de 1942, quando o volume de processos se fez sentir em todos os setores da Delegacia. A Secretaria desse órgão era o setor responsável por “receber e expedir quase todos os processos e correspondências destinados a esta DESPS, (foi) o ponto de convergência, distribuição, consultas referencias dos processados que, de qualquer forma, transitarem por essa Especializada.”<sup>60</sup> Por ali teriam circulado grande volume de processos no período em destaque.

Conforme relatado, o autor do relatório, provavelmente o chefe da secção, parecia acreditar que o esforço de investigação dos agentes teria resultado no esfacelamento da “máquina informativa de Hitler no Brasil”, como ele classificou o serviço de espionagem nazista.

O relatório referente a Secção de Segurança Social (S/2) aborda mais a questão dos trabalhadores e agitações sociais. Dentre os grupos de investigação constam: Diversas agremiações heterogêneas, Árabes (sírio-libaneses), Eixistas (italianos, japoneses e alemães) e Israelitas, mostrando que o serviço de investigação a outros grupos não foi extinto apesar do grande reforço ao controle das atividades alemães. Ou ainda que a “segurança social” parecia estar diretamente ligada ao controle de estrangeiros, imigrantes ou seus descendentes em território brasileiro, residentes ou de passagem.

O Arquivo Geral (S/4), que foi criado para concentrar informações de identificação e qualificação de indivíduos que, por fatores políticos-sociais transitassem pela Delegacia, e reunir prontuários de todas as informações referentes aos presos (criado em abril de 1938) teria sido fundido ao Gabinete Técnico em 1939, dando origem a uma central de informações. Essa situação, segundo o relator, teria causado uma sobrecarga de tarefas ocasionado na pouca eficiência durante a gestão do Cel. Eystegoyen, mas teria apresentado melhoras durante o ano de 1943. No tocante ao Cartório, justificando a queixa de sobrecarga, ele diz o seguinte:

Desde que o Brasil, vítima de brutal atentado a sua soberania, reconheceu o estado de guerra contra os países do eixo, coube ao Cartório da DESPS a árdua tarefa de processar numeroso grupo de espiões quintacolumnistas.

Iniciados em 1942, só em meados de 1943, puderam ser concluídos e remetidos para a Justiça, volumosos processos de espionagem, nos quais provávamos de modo insofismável a atividade subversiva de inimigos do Brasil. É de se notar que nessa ocasião competia ao Delegado do cartório, não só presidir investigações e realizar diligências que se tornem precisas, no decorrer do inquérito.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Fundo DESPS/série alemão / notação 867/ p.2.

<sup>61</sup> Fundo DESPS/série alemão / notação 867/ p.65. .

Observamos a partir desses textos a preocupação por parte dos delegados em demonstrar o bom funcionamento da estrutura policial ao Chefe de Polícia, o qual deveria repassar tais informações ao presidente.

## Capítulo II

### Atuação e repressão ao NSDAP em terras brasileiras

Há ainda muitas lacunas a serem preenchidas no tocante ao estudo da seção brasileira do NSDAP. Muitas são as discordâncias sobre seus objetivos, o início de suas ações, quantitativo de militantes e muitos desses espaços devem-se a falta de registros sobre suas atividades no Brasil. Outro ponto de divergência sobre as atuações nazistas em território nacional reside sobre o início dos esforços de repressão pelo governo brasileiro. Para alguns autores a restrição teria sido iniciada a partir da Campanha de Nacionalização(1938). Outros identificam o início de uma forte perseguição após o rompimento do Brasil com a Alemanha e consequente entrada do país na Segunda Guerra Mundial (1942). Há ainda quem defenda que a repressão teria sido desenvolvida de formas e em épocas diferentes nos estados brasileiros.

Não temos a intenção de esgotar esses assuntos, mas os mesmos nos servem como base para tratar a hipótese que o serviço de investigação policial da DESPS/DF estaria atrelado à ideia da existência de uma quinta coluna nazista pronta para atacar militarmente parte do território brasileiro, comprometendo a soberania do país. Aqui também buscamos apresentar a lógica investigativa e as práticas empreendidas pela DESPS/DF em seu exercício de repressão às atividades nazistas.

#### *Relações entre Brasil e Alemanha entre as décadas de 1930 e 1940*

Durante a década de 1930 as relações políticas e comerciais entre Brasil e Alemanha eram intensas, pois havia interesses comuns aos países, sobretudo no que tange ao fortalecimento econômico e ao combate ao comunismo.<sup>62</sup> Do governo alemão teria partido a proposta da criação de um plano para a cooperação anticomunista, no qual os países participantes deveriam chegar a um acordo sobre o intercâmbio de experiências e informações relacionada à atuação e combate ao comunismo.<sup>63</sup> Nesse contexto, alguns agentes policiais brasileiros, chefiados por Filinto Müller, foram enviados àquele país para receber treinamento da GESTAPO visando melhor preparação para a repressão no combate aos comunistas.<sup>64</sup>

Em *Fascismo no sul do Brasil*<sup>65</sup>, René Gertz relaciona a intensificação política entre Brasil e Alemanha ao aumento das negociações econômicas, que teriam se desenvolvido consideravelmente a partir da chegada do nacional-socialismo ao poder, como o autor demonstra no trecho abaixo:

Após a ascensão dos nacional-socialistas ao poder, pode-se constatar uma clara evolução ascendente nas relações comerciais entre os dois países. Se em 1933 11,95% das importações brasileiras eram procedentes da Alemanha, esse percentual no anos seguintes se elevou: 14,02% (1934); 20,44% (1935); 23,5% (1936); 23,5% (1936); 23,88% (1937); 24,99% (1938). Também as exportações brasileira para a Alemanha registraram um constante aumento: 8,12% (1933); 13,13% (1934); 16,15% (1935); 13,28% (1936), 17,05% (1937); 19,06% (1938).<sup>66</sup>

<sup>62</sup> COHEN, Esther. *O governo federal e o partido nazista no Brasil*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1988.

<sup>63</sup> GAK, Igor. Os fins e seus meios: diplomacia e propaganda nazista no Brasil (1938-1942). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2006, p.35.

<sup>64</sup> SEITENFUS, Ricardo. O Brasil e o III Reich (1933 a 1939). Artigo disponível em <http://www.seitenfus.com.br/arquivos/O%20Brasil%20e%20o%20III%20Reich%20-%201933-1939.pdf>. Último acesso: 16/05/ 2012.

<sup>65</sup> GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987.

<sup>66</sup> GERTZ, René. Op.cit., p. 62.

Ricardo Seitenfus também destaca que no campo econômico, as trocas comerciais seguiam a todo vapor beneficiando os dois países: a Alemanha adquiria matéria-prima brasileira para abastecer suas indústrias e o Brasil obtinha materiais industrializados alemães. Ele entende que a aproximação comercial teria possibilitado maior diálogo político sobretudo no combate ao comunismo.<sup>67</sup> Situação que, segundo Igor Gak, teria também favorecido o aumento da entrada de cidadãos alemães no Brasil entre 1930 e 1938.<sup>68</sup>

As relações amistosas entre Brasil e Alemanha teriam seguido sem abalos até a promulgação de leis de cunho nacionalista por parte do governo brasileiro, as quais atingiam as atividades dos alemães no país. A proibição de atividades de cunho político, de utilização da língua alemã, o fechamento de sociedades e outras medidas teriam sido questionadas, sem sucesso, pelo governo alemão. Nesse contexto, o embaixador alemão Karl Ritter chegou a ser expulso e considerado *persona non grata* no país.<sup>69</sup> Esther Cohen lembra que a proximidade do governo de Getúlio Vargas com o nazismo tinha um limite que ela identifica como

a preservação inquestionável do poder centralizado e da soberania nacional. Sendo assim, os problemas das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que se haviam instalado no Brasil se transformou numa questão de segurança nacional, ameaçando a ordem e a formação da ‘consciência patriótica brasileira’.<sup>70</sup>

Cohen ainda identifica a influencia dos EUA na confecção dos decretos-lei de 1938 e afirma que a partir desse ano a relação entre Brasil e Alemanha teria se tornado conflituosa “devido a atritos que surgiram na campanha proselitista de agentes nazistas dentro da comunidade alemã no Brasil.”<sup>71</sup> Uma série de medidas legislativas teriam sido criadas para coibir as ações desses “estrangeiros”, caberia à polícia, então, colocá-las em prática. Nas palavras dessa autora,

o Estado Novo, apresentado como defensor da nação, não poderia permitir, no âmbito das atividades políticas, a ação de qualquer grupo que se contrapusesse à ordem estabelecida como fundamento da vida nacional.<sup>72</sup>

A partir de então deu-se o que Nara Santana identificou como “conflitos entre nacionalismos”, quando as restrições às atividades de estrangeiros e o planejamento de integrá-los à sociedades e aos costumes brasileiros chocaram-se diretamente com a ideologia e as atividades nazistas no país.<sup>73</sup> Cohen também aponta que a suspeita da participação de “alemães”, não necessariamente nazistas, na tentativa de golpe integralista (1938) teria tornado o governo menos tolerante às atividades do NSDAP no Brasil.<sup>74</sup>

Apesar do desgaste diplomático inicial, as embaixadas teriam mantido acordos políticos, algumas atitudes por parte do governo alemão seriam toleradas e determinadas reivindicações atendidas. Um exemplo seria a proibição de publicações que falassem mal do

---

<sup>67</sup> SEITENFUS, Ricardo. Op.Cit., p.281.

<sup>68</sup> GAK, Igor. Op. Cit., p.36.

<sup>69</sup> COHEN, Esther. op.cit., p.62.

<sup>70</sup> COHEN, Esther. op.cit.,p.64.

<sup>71</sup> COHEN, Esther. op. cit., p.78.

<sup>72</sup> COHEN, Esther. op.cit., p.68.

<sup>73</sup> SANTANA, Nara Maria. *O confronto de nacionalismos: Getúlio Vargas e a repressão ao nazismo no Brasil dos anos 30/40*. Tese de doutorado. Niterói, RJ. UFF, 2005.

<sup>74</sup> Após a tentativa de golpe nacionalista, surge a suspeita de que o governo alemão teria financiado a preparação do ataque. Contudo, essas suspeitas não foram comprovadas e serviram para causar ainda mais desgaste nas relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha. Por outro lado, o combate ao integralismo, movimento cuja ideologia é baseada nos fascismos europeus, aproximara o governo brasileiro do estadunidense.Cf. obra de SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

governo alemão, um pedido feito por dirigentes daquele país ao governo brasileiro.<sup>75</sup> Por outro lado, não podemos ignorar que muitos políticos aliados de Vargas eram simpáticos ao nazismo e prezavam a manutenção de acordos entre os dois países. O próprio Getúlio Vargas, o general Góis Monteiro e o chefe de polícia Filinto Müller, figuras centrais naquele governo, são exemplos de personagens pró-Alemanha.<sup>76</sup> Lembramos também que um rompimento traumático com a Alemanha poderia arrastar o Brasil para a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no qual não teria preparação técnica e profissional, nem material bélico para competir militarmente com aquele país.<sup>77</sup>

Apesar do esforço empreendido por ambas as partes, a ruptura definitiva entre Brasil e Alemanha aconteceria em 1942, com a entrada do Brasil no conflito mundial ao lado dos Aliados. Apontamos aqui para o momento em que os conflitos políticos-ideológicos do Estado passaram a ser tratados como “caso de polícia”, como questão de segurança nacional.

#### *NSDAP: organização e repressão*

Os primeiros grupos nazistas teriam chegado ao Brasil especialmente em fins dos anos 1920, mas não temos informações sobre o início exato das atividades do NSDAP em território nacional. Isso deve-se a dificuldade no acesso a fontes que precisem o início das atividades nazistas no país. Sobre a dificuldade em encontrar materiais primários para a pesquisa do historiador sobre o Partido no Brasil, Luís Edmundo Moraes diz:

Entre os ‘informantes’ disponíveis (documentos e testemunhos feitos entre 1934 e 1943) não existe um *começo* reconhecido, ou seja, não existe aquilo que é consensualmente considerado um momento de fundação dos primeiros grupo locais do partido no Brasil. O interesse de alguns ‘informantes’, ao lado da ignorância de outros, e a existência, em alguns casos, de mais de um documento dos supostos momentos de fundação dos grupos do partido no Brasil, produziram um leque de fontes que informam locais e datas distintas de sua constituição.<sup>78</sup>

Adiante, ele conclui que alguns *grupos locais* teriam se estabelecido, inicialmente, de forma descentralizada e autônoma. Conforme estudo do autor:

Sobre os princípios dos grupos do NSDAP no Brasil, pode-se dizer que a partir de finais dos anos vinte, mas principalmente a partir de 1930 e 1931, *grupos locais do NSDAP* apareceram no país de forma descentralizada e relativamente autônoma, e que, a partir de 1934, serão submetidos a uma direção centralizada quando da reunião dos grupos até então relativamente autônomos do NSDAP no Brasil em uma Seção Partidária.<sup>79</sup>

A seção nazista seria, então, uma filial do Partido da Alemanha diretamente controlado por ele. Dietrich chega a dizer que o Partido Nazista no Brasil não seria registrado no Tribunal Eleitoral brasileiro como partido político.<sup>80</sup> Haveria uma rígida estrutura dividida em círculos e células, a qual aparece representada nos esquemas a seguir.<sup>81</sup>

<sup>75</sup> COHEN, Esther. op.cit., p.95.

<sup>76</sup> GERTZ, René. Op. Cit., p. 65.

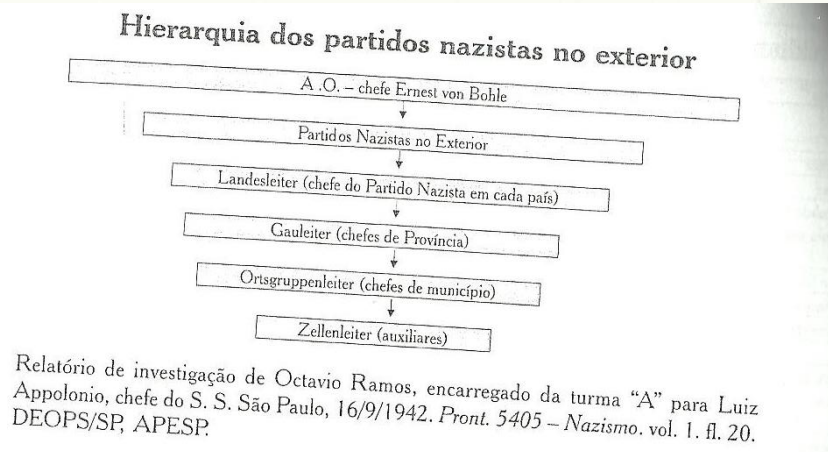
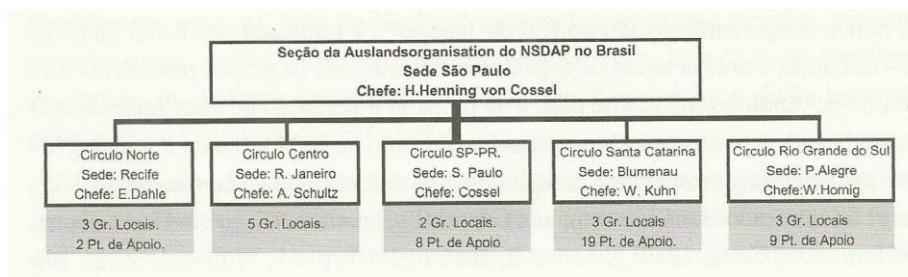
<sup>77</sup> SEITENFUS, Ricardo. Op.cit.

<sup>78</sup> MORAES, Luis Edmundo. *O NSDAP no Brasil: problemas de pesquisa* IN: PARADA, Maurício (org.). *Fascismos; conceitos e experiências*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 202.

<sup>79</sup> MORAES, Luis Edmundo. Op. Cit., 2008, p. 204.

<sup>80</sup> DIETRICH, Ana Maria. Op. Cit., 2007, p.89.

<sup>81</sup> O primeiro organograma foi produzida por Luis Edmundo Moraes( 2008, p.208) a partir de uma lista confeccionada pela própria *Landesgruppe* em 1934. Segundo o autor, essa seria a única fonte de seu conhecimento que apresentaria uma estrutura global da organização. Após, o esquema organizado por Ana Maria Dietrich (2007, p. 89) a partir de um relatório policial do DEOSPS/SP.



Em relação à adesão ao NSDAP, podemos dizer que após a I Guerra Mundial, por caminhos e motivações diversas, o nazismo encontrou adeptos e simpatizantes no Brasil, mas ao contrário daquilo que o discurso policial afirmava, de que todo alemão seria nazista, muitos cidadãos alemães, e descendentes de imigrantes que habitavam tanto centros urbanos quanto regiões coloniais se posicionaram contrários a essa ideologia e ao Partido. O trecho em destaque abaixo foi retirado da Declaração dos Alemães Livres e nos serve como exemplo do discurso anti-nazista difundido no Brasil, principalmente em fins da década de 1930. Nele alemães buscam demonstrar sua aversão às ações nazistas. Também procuram realçar o “bom caráter” do povo alemão. Vejamos:

O NACIONAL SOCIALISMO SIGNIFICA A GUERRA, A DERROTA, A PAZ, A LIBERDADE E A DEMOCRACIA.

Nós alemães independentes do Brasil, que amamos nosso povo acima de tudo, lutamos contra o nacional-socialismo inimigo do povo alemão.

ESTENDEMOS A MÃO AS NAÇÕES ATACADAS PELO FASCISMO E QUE LUTAM COMNOSCO PELA PAZ E PELA LIBERDADE. SAUDAMOS AO BRASIL HOSPITALEIRO E AMIGO DA LIBERDADE E LEMBRAMOS:

O NACIONAL-SOCIALISMO NÃO É O POVO ALEMÃO.<sup>82</sup>

René Gertz entende que os grupos nazistas não foram muito bem recebidos pelos teutos que viviam nas colônias no sul do Brasil devido, em grande parte, à “violência” de suas ações.<sup>83</sup> Ao comparar *grupos locais* nazistas em Blumenau e no Rio de Janeiro, Moraes

<sup>82</sup> Encontramos A Declaração dos Alemães Livres na seção Propaganda Anti-Nazista entre outros panfletos apreendidos pela DESPS. Não há informações sobre sua origem. Para o texto completo da declaração, cf. Anexo C.

<sup>83</sup> GERTZ, René. Op. Cit., p.81.

destaca que a aceitação de colonos ao partido nazista teria se dado de formas e intensidades diferentes no território brasileiro.<sup>84</sup> Já Giralda Seyferth realça que muitos “teuto-brasileiros” quando interrogados pela polícia sobre participações em atividades nazistas, afirmavam não terem ingressado no partido, pois nada tinham a ver com o aspecto político da Alemanha, ao passo que eram brasileiros e muitos haviam lutado contra o país na ocasião da “grande guerra” (I Guerra Mundial).<sup>85</sup>

No trabalho da autora percebemos que muitos “teuto-brasileiros” defendiam o papel de bons cidadãos brasileiros disposto a morrer pela pátria, remetiam à participação na primeira guerra e denunciavam vizinhos, sobretudo “alemães-novos”, como prova de sua brasilidade ou lealdade ao país.

No tocante a militância nazista no Brasil, Seyferth afirma que geralmente eram “alemães - novos” (*Neudeutscher*)<sup>86</sup>, que engrossavam as fileiras da secção brasileira do NSDAP, mas ainda assim, os teuto-brasileiros, descendentes de alemães nascidos no país, foram os que mais ocuparam as delegacias especiais da polícia política. Eles seriam perseguidos por vizinhos, colegas de trabalho e tomados como “traidores da pátria”.<sup>87</sup> A autora destaca o aspecto social, pois os nazistas costumavam ser pessoas que viviam nas cidades, ligadas às indústrias e com melhores condições financeiras. A partir de Gertz, Seyferth e Moraes, percebemos que os grupos nazistas que aqui chegaram, teriam procurado se aproveitar de elementos culturais caros ao nacionalismo alemão para criar maior proximidade com colonos e seus descendentes, mas não conseguiram conquistar a muitos, pois esses estariam ligados ao aspecto cultural da Alemanha, não ao político, inclusive a ideologia nazista lhes parecia estranha, “estrangeira”.<sup>88</sup>

A partir de análise das estatísticas da Organização para o Exterior do NSDAP (AO-NSDAP), Moraes constata que a maioria dos partidários nazistas viveriam nas cidades e maior militância nas áreas industrializadas de São Paulo.<sup>89</sup> Ainda levamos em consideração

---

<sup>84</sup> MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Grupos locais do partido nazista e os ditos “alemães” no Rio de Janeiro e em Blumenau*. IN: Cruzando fronteiras disciplinares; um panorama dos estudos migratórios. (org. por Helion Póvoa Neto e Ademir Pacelli Ferreira). Rio de Janeiro: Ed, Revan, 2005.

<sup>85</sup> SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica; a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: FCC, 1982, 189.

<sup>86</sup> Categoria pela qual Gyalda Seyferth define imigrantes alemães recém-chegados ao Brasil em relação aos primeiros grupos de colonos. Teriam chegado ao país no início do século XX.

<sup>87</sup> SEYFERTH, Gyalda. Op. Cit., p. 189.

<sup>88</sup> SEYFERTH, Giralda. Op. Cit., p. 177.

<sup>89</sup> MORAES, Luis Edmundo. *Ein volk, Ein Reich, Ein Führer; A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro: 1996.



que os registros consultados pelo autor apontam pessoas que teriam sido filiadas em algum momento de suas vidas, não significando participação contínua nas atividades do NSDAP.<sup>90</sup>

Estudando a repressão às atividades nazistas em São Paulo, Ana Maria Dietrich identifica dois períodos de restrição ao funcionamento do NSDAP e suas organizações durante o governo Vargas: entre 1938 e 1942 e entre 1942 e 1945. No primeiro período, imigrantes “alemães” seriam considerados obstáculos à unidade cultural da nação, mas posteriormente, eles teriam sido considerados como inimigos políticos por ocasião da guerra. Conforme análise da autora, após 1942, observa-se limitação à comunicação, locomoção e ascensão a cargos elevados não somente de cidadãos de outros países como também aqueles naturalizados, sobretudo “alemães”. Neste último período, todos os estrangeiros identificados como alemães seriam taxados como nazistas em potencial e o temor da formação de um exército para se apropriar de parte do território brasileiro aumentaria o clima de desconfiança em relação a eles.<sup>91</sup>

Nesse contexto, cabia à polícia política, dentre outras tarefas, “localizar, prender e levantar provas”<sup>92</sup> sobre suspeitos de crime político. Segundo Waldecy Pedreira, inicialmente comunistas e integralistas<sup>93</sup> ocupariam as investigações dos agentes policiais, mas no período posterior ao início da II Guerra Mundial, as fichas sobre suspeitos de espionagem a serviço das “forças do Eixo” teriam sido multiplicadas.<sup>94</sup> O autor também destaca que nos arquivos da DESPS/DF, “dentre todos os inimigos investigados, predominam as informações e análise sobre alemães.”<sup>95</sup>

Entre 1942-1945 muitas pessoas teriam sido presas sob a acusação de espionagem nazista. Todos os “alemães” teriam sido taxados de nazistas e “súditos do Eixo” Berlim-Roma-Tóquio. Além da proibição do uso da língua, a locomoção desses indivíduos pelo território nacional teria sido limitada e a “caça” incansável, apesar do controle da entrada de

<sup>90</sup> A tabela abaixo serve como referencial para a percepção do perfil profissional dos filiados ao Partido Nazista no Brasil em estatística publicada em 1937 quando o partido ainda operava legalmente no país.

GRUPOS PROFISSIONAIS	Nº DE FILIADOS	PERCENTUAL
<i>Trabalhadores Manuais Especializados</i>	752	25,9%
<i>Comerciantes Autonomos</i>	515	17,7%
<i>Empregados do Comércio</i>	418	14,4%
<i>Agricultores</i>	324	11,1%
<i>Técnicos</i>	165	5,7%
<i>Professores</i>	140	4,8%
<i>Engenheiros</i>	102	3,5%
<i>Donas-de-Casa</i>	89	3,0%
<i>Operários</i>	87	2,9%
<i>Médicos</i>	51	1,7%
<i>Outras funções acadêmicas</i>	28	0,9%
<i>Outros</i>	231	7,9%

Estatística da AO, 1937. MORAES, Luis Edmundo, op.cit, 2008, p.220.

<sup>91</sup> DIETRICH, Ana Maria. *Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. São Paulo: São Paulo: Humanitas/ Fapesp/ Imprensa Oficial, 2007.

<sup>92</sup> PEDREIRA, Waldecy. *A reconstrução do arquivo*. IN: *DOPS; a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, 1993, p.23.

<sup>93</sup> A Ação Integralista Brasileira foi fundada por Plínio Salgado a partir da divulgação do Manifesto de Outubro, o tema adotado foi “Deus, Pátria e Família”. O movimento, que chegou a reunir 25.000 pessoas em suas atividades, caiu na ilegalidade após constantes ataques contra o Estado Novo no Brasil.

<sup>94</sup> Alusão aos partidários dos países Alemanha, Itália e Japão (Eixo Berlim-Roma-Tóquio) durante a 2ª Guerra Mundial.

<sup>95</sup> PEDREIRA, Waldecy, op.cit, p.24.

estrangeiros, funcionários identificados como “alemães” foram demitidos de seus empregos assim como empresas e empreendimentos comércios de imigrantes teriam sido tomadas pelo Estado.<sup>96</sup>

Percebemos que os alvos da polícia política passaram a ser aqueles classificados como “espiões do Eixo” que aqui supostamente se encontravam. Baseados na “lógica da desconfiança”<sup>97</sup>, os agentes da DESPS/DF tomavam como referência um conjunto de características que seriam próprias do “espião” e que eram atribuídas aos “suspeitos”, constituindo-se como um conjunto de critérios que serviam como fundamento para que os agentes realizassem investigações e prisões.

A partir do estudo de materiais da polícia política nos arquivos de São Paulo, Priscila Perazzo entende que muitos inimigos políticos eram construídos por essa instituição garantindo, assim, a legitimidade de suas ações. A autora não nega a presença de espiões em terras brasileiras, mas concluiu que a tarefa desses indivíduos no Brasil era diferente daquela imaginada pelos agentes policiais. Conforme sua abordagem, no período pós- 1942, a atividade policial baseou-se, principalmente, na contra-espionagem. O trabalho desses agentes passou a ser conter as ações de “espionagem nazista” no Brasil, atividade que teria sido incentivada por estadunidenses e ingleses. A polícia política persistira como instituição necessária a manutenção da ordem e combate ao inimigo externo. Perazzo caracteriza o trabalho policial como uma atividade baseada na suspeição, vigilância constante, discurso marcado por detalhes e apreensão de objetos suspeitos os quais poderiam ser forjados como provas de um possível envolvimento com o Eixo.<sup>98</sup>

Dietrich e Perazzo, que estudaram a repressão ao Partido Nazista em São Paulo, identificam que a partir do rompimento político entre Brasil e Alemanha teria sido iniciada uma forte repressão às atividades nazistas no país, sob a justificativa de que grupos de alemães estariam planejando tomar parte do território brasileiro militarmente, a “quinta coluna nazista”.<sup>99</sup>

Por outro lado, existe uma historiografia que identifica uma repressão anterior a esse período.

Não conseguimos precisar o início da repressão aos imigrantes alemães no Distrito Federal, durante a pesquisa. Por ora, o que podemos afirmar é que os relatórios produzidos pela instituição e disponíveis para consulta se concentram entre 1939 e 1943 e apresentam a seguinte relação quantitativa:

Ano	Relatórios
1939	14
1940	16
1941	18
1942	21
1943	30

(APERJ, SETOR ALEMÃO, PASTAS 01, 01-CONT.,03 E 04.)

Aqui precisamos considerar que muitos desses documentos podem ter sido extraviados de alguma forma. Podem não ter sobrevivido ao tempo, estão guardados em outros arquivos. Ou ainda que nem todas as informações obtidas eram registradas, arquivadas, oficialmente. Ainda assim, esses dados nos revelam uma modesta, mas gradual preocupação na investigação das atividades nazistas no Distrito Federal.

<sup>96</sup> DIETRICH, Ana Maria. Op. Cit., p. 75

<sup>97</sup> Referência ao livro publicado pelo APERJ, *DOPS; a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, 1993.

<sup>98</sup> PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

<sup>99</sup> Termo originado no contexto da Guerra Civil Espanhola serviu para denominar grupos que agiam dentro de país promovendo o ataque do inimigo. A ação desses grupos poderia ser militar, formação de guerrilhas, ideológico, promovendo a ideologia do agressor, ou ainda desmobilizando a resistência interna.

Moraes indica que as objeções contra as atividades do NSDAP teriam sido desenvolvidas em fins dos anos 1930, tendo ocorrido em momentos e de formas diferentes em cada região do país, pois, para o governo brasileiro, as atividades do Partido figurariam uma prova concreta sobre as intenções de ataque à soberania nacional. Sobre essa questão, ele aponta que:

Mesmo que, ao longo dos anos 30, medidas repressivas pontuais e relacionadas a conjunturas locais tivessem sido tomadas contra o partido, principalmente nos estados do Sul, o ano de 1938 marca o início de medidas e leis de nacionalização de abrangência nacional, que atingiram de forma decisiva os grupos do NSDAP. Talvez um dos únicos momentos em que os conflitos atingiram o partido em uma dimensão supra regional diga respeito à repressão desencadeada pelo Governo Federal em finais dos anos 30, mas ainda assim com intensidade regionalmente característica.<sup>100</sup>

Gertz atenta para o fato que a simpatia dispensada pelo governo federal aos alemães não era a mesma daquela pelos governos estaduais. Dessa forma, a repressão às atividades nazistas não teriam se desenvolvido do mesmo jeito, nem no mesmo grau em todo o território brasileiro. O autor cita os exemplos dos estados sulistas Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No primeiro caso, a relação entre governo e população alemã (imigrantes e seus descendentes) manteve-se inalterada durante toda a década de 1930. Isso porque não houvera grande mudança estrutural no governo gaúcho com a ascensão de Vargas à presidência da República. Por outro lado, em Santa Catarina, as mudanças em relação aos alemães teriam sido observadas logo após a Revolução de 1930, quando a oposição assumira o governo estadual. Naquele estado, teriam sido tomadas medidas para restringir a participação de colonos nas esferas política, econômica e social do estado.<sup>101</sup>

Essa constatação nos leva a duas hipóteses: a primeira está relacionada à aproximação política entre o governo de Vargas e a Alemanha de Hitler e a outra à manutenção das negociações econômicas entre e Brasil e Alemanha. Podemos pensar que o governo do Distrito Federal estava diretamente submetido ao governo federal. Logo, as atividades nazistas não seriam vistas com maus olhos, ainda que proibidas desde 1938, devido a proximidade político-ideológica entre os governos. Pensamos ainda que a maior tolerância devia-se aos status dos alemães que viviam nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, os quais, segundo Gertz,

Tratava-se de empresários, diretores e funcionários de firmas alemães com filiais no Brasil, comerciantes autônomos, professores, etc. Muitas dessas pessoas, portanto, eram economicamente dependentes de empresas alemães ou até do governo alemão e grande parte delas estava apenas temporariamente no Brasil.<sup>102</sup>

Essa situação teria sido alterada no contexto da guerra quando a Alemanha teria se tornado, de fato, um inimigo político trazendo a tona a ideia do “perigo alemão”.

Em *Perigo alemão*, Gertz apresenta publicações que reforçariam a ideia de existência de um plano nazista para a anexação de parte do território brasileiro.<sup>103</sup> Pelo lado alemão temos uma denúncia que teria sido feita por um político, Hermann Rauschning, rompido com o regime de Hitler, o qual afirmava que o líder alemão tinha planos de fundar uma “nova Alemanha no Brasil”. A outra denúncia foi feita por um jornalista, Hugo Hernandez Artucio, o qual apontava para a existência de um documento no qual estaria

<sup>100</sup> MORAES, Luis Edmundo, op.cit, 2008, p.226.

<sup>101</sup> GERTZ, René. Op. Cit.,p. 65.

<sup>102</sup> GERTZ, René. Op. Cit.,p. 64.

<sup>103</sup> GERTZ, René. *Perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

apresentado um plano de formação da Alemanha sul-americana. No Brasil as publicações citadas pelo autor foram produzidas por Aurélio da Silva Py, chefe de polícia no Estado Novo e por J.P. Coelho de Souza, secretário de educação no Rio Grande do Sul, personalidades que denunciavam a intenção do governo alemão de tomar parte do território nacional a partir da ação de uma quinta-coluna nazista no país.

Na historiografia, o discurso de que havia um plano de sublevação de Hitler para anexar o Brasil está bastante presente, pelo menos desde a década de 1930, sobretudo aqueles que tomam os estados sulistas (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) como referencial.

Conforme análise de Luís Edmundo Moraes,

Já nos anos trinta, o partido (nazista), no Brasil foi objeto de tratamento social e político, canalizado, principalmente, em denúncias mais ou menos sensacionais de agentes preocupados em ‘defender a soberania nacional brasileira’ contra o perigo representado pelo ‘expansionismo nazista’. Em função disso, mitos sobre os supostamente existentes ‘planos de dominação mundial de Hitler foram criados e alimentados, e forneceram subsídios infundáveis para os materiais de contrapropaganda dos aliados nas décadas de 30 e 40.<sup>104</sup>

A ideia de que a comunidade alemã seria um entrave a completa unificação nacional estaria presente no imaginário do governo brasileiro devido à preservação de costumes culturais, como preservação da língua alemã e manutenção de laços com o país de origem, nas colônias. Sergio Luiz Marlow entende que logo após a Primeira Guerra Mundial teriam surgido movimentos nacionalistas contrários à imigração de alemães para o país e identifica o surgimento da ideia do “perigo alemão” na década de 1920 devido às tendências imperialistas do governo alemão e ao grande número de imigrantes que havia em território nacional.<sup>105</sup>

Com a ascensão do nazismo na Alemanha e as evidentes pretensões expansionistas de Hitler, surgiria, então, a ideia da formação da quinta coluna nazista para anexar parte do território brasileiro. Sobre esse contexto, Marlow diz:

Com o advento do nazismo e da possível influência nacional-socialista do Terceiro Reich Alemão, o tema e o perigo de uma investida estrangeira no Brasil ressurgiu nos anos trinta com bastante força. Apesar do inexpressivo número de alemães e descendentes ligado ao nazismo no Brasil, na época do Estado Novo, qualquer ação ou representação vinda por parte dos alemães e seus pares poderia ser considerada como uma ameaça à integridade e soberania nacional. (...)

Desta forma, apesar de não haver indícios que comprovassem uma ação nazista no Brasil, se levarmos em conta que havia uma longa tradição a respeito do “perigo alemão”, não chega a ser difícil compreender que ela fosse novamente avivada no Estado Novo e conseqüentemente no período da Segunda Guerra Mundial.<sup>106</sup>

Essa temática acabou por motivar a produção de diferentes tipos de trabalho a fim de “alertar” aos brasileiros sobre o perigo que esses imigrantes representavam, sobretudo nos estados sulistas, onde a presença deles era maior. A ideia do perigo alemão estaria mais presente nos trabalhos lançados, sobretudo no período pós- 1937. Essas publicações teriam

---

<sup>104</sup> MORAES, Luis Edmundo. Op. Cit., 2008, p.201.

<sup>105</sup> MARLOW, Sergio Luiz. “Os súditos do Eixo”. *O Luteranismo na visão das autoridades brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial*. IN: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

<sup>106</sup> MARLOW, op cit, p.2.

como objetivo principal denunciar as ações de nazistas no Brasil, sempre considerando as atividades desses grupos como danosas a soberania nacional. Segundo o Moraes,

A tônica deste conjunto de trabalhos é fornecida pela preocupação de trazer à luz um fenômeno que é sob todos os pontos de vista nocivo; que progressivamente se “infiltra” e ganha cada vez mais espaço em muitas regiões do país, afetando de forma cabal nossa soberania nacional.<sup>107</sup>

A revista *Vida Policial*, revista mensal de caráter técnico-policial surgida no Rio Grande Do Sul em 1938 é um exemplo do tipo de publicação que circulava naquele contexto. Baseado nesse veículo de comunicação, Tiago Weizenmann analisou as representações que a polícia estadonovista fornecia sobre as atividades nazistas no Brasil a fim de influenciar a formação do imaginário social na época.<sup>108</sup> Segundo o autor, ali circulavam as ideias que permeavam o imaginário policial em relação ao governo e àqueles considerados inimigos, não somente através de textos, mas também por meio de imagens, charges. Ele afirma, inclusive, que a revista teria sido bastante relevante na formação do discurso oficial da polícia política e ainda classifica o periódico como um veículo de difusão da ideologia política estadonovista para a sociedade civil.

Segundo Weizenmann, entre 1942 e 1944,

surge uma retórica textual voltada às preocupações provocadas pelo estado de guerra, principalmente na tarefa de reprimir agentes totalitários, “*súditos do Eixo*”, também denominados quinta-colunistas, presentes no país. Nesse último contexto, diversas reportagens foram produzidas com ênfase à temática nazista. Entre as diferentes e variadas reportagens, encontravam-se séries de registros, como “*Cortando as asas do nazismo*”, “*Os astros da Quinta-Coluna*” e “*Espiões que eu vi*”, que divulgavam o combate policial às ações nazistas ou que se dedicavam ao relato de investigações que delatavam tramas de espionagem, através de publicações com imagens de acusados, participantes da “quinta coluna”, combates à cultura material teuto-brasileira, através do confisco de livros, de rádios e de outros objetos que se caracterizavam como ilegais.<sup>109</sup>

Assim, de um lado estaria a força policial para garantir a manutenção da ordem social e de outro a terrível ameaça quinta-colunista, mal que deveria ser afastado a todo custo.

Philonila Cordeiro também trabalhou o tema da difusão dessa ideologia estadonovista através da imprensa.<sup>110</sup> A autora relaciona o termo “quinta-coluna” à entrada do Brasil na guerra. Ela analisa discursos do jornalista Mario Melo, do *Jornal Pequeno* que circulava em Pernambuco durante o Estado Novo e entende o uso da imprensa como um meio de difusão da imagem do inimigo nacional no imaginário social da sociedade pernambucana de então. Para ela,

A construção do inimigo brasileiro surge, dependendo do momento, do objetivo que se pretende com tal discurso, quem se utiliza dele e quem vai se beneficiar. No entanto, não basta somente construir o inimigo. É necessário divulgá-lo, para que a sociedade o incorpore também como seu.

<sup>107</sup> MORAES, Luís Edmundo. Op.Cit., 1996, p.76.

<sup>108</sup> WEIZEMANN, Tiago. *O discurso da imagem: representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944)*. IN: Anais do III Encontro Nacional de Estudos da Imagem. Londrina, maio de 2011.

<sup>109</sup> WEIZEMANN, Tiago. Op. Cit., p. 2843.

<sup>110</sup> CORDEIRO, Philonila. Guerra de palavras: a construção do inimigo “quinta-coluna” pela imprensa pernambucana durante a segunda guerra mundial. IN: *Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 6, Ano VI, nº1, 1º trimestre de 2009.

Daí a importância da imprensa no papel de construção, controle e repressão social aos considerados suspeitos de inimigos em potencial da pátria.

Nesse momento não haverá distinção: todos que simpatizem com a Alemanha ou Itália, trabalhando ou não em favor do ideal nazi-fascista, serão classificados como perigosos em potencial. O discurso e a prática serão direcionados à visão do indivíduo como inimigo do Estado e traidor do país. Cria-se na sociedade o “inimigo objetivo”, ou seja, o inimigo criado politicamente na prática da repressão, apontado como suspeito perigoso, mesmo que seu passado não justificasse, era considerado de “tendências” perigosas, corroborando para o constante estado de suspeição que amordaçam aqueles que não estavam contentes com as diretrizes desenvolvidas pelo governo de Vargas.<sup>111</sup>

Cezar Augusto Carneiro<sup>112</sup> trabalha sobre publicações que incitavam a população contra o quinta-colunismo, sempre baseada em relatos de autoridades que faziam valer o discurso estadonovista e intelectuais representantes das classes conservadoras que utilizavam o jornal Diário da Tarde para proferir suas ideias. Além disso, a prática de denúncias era incentivada e a violência empregada contra os inimigos era justificada por meio desse periódico que durante a campanha de nacionalização, chegou a fornecer instruções para que a população tivesse condições de identificar quinta-colunistas.<sup>113</sup>

Os trabalhos de Weizenmann e Cordeiro demonstram como a ideia de “perigo” se fez presente em diferentes espaços durante o Estado Novo, sobretudo, “a partir dos meios de comunicação utilizados pelo governo para fomentar o clima de desconfiança em relação à nazistas infiltrados em território brasileiro” e reforçar a necessidade de um governo forte para garantir a soberania nacional.<sup>114</sup>

Vimos anteriormente que a ideologia estadonovista pregava a exaltação nacional, amplamente difundida por meio de campanhas educativas e propaganda de tipos variados produzidas por órgãos estatais, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O governo federal, então, teria se empenhado em evitar a permanência de “quistos raciais”<sup>115</sup> tratando casos de desobediências às leis de nacionalização (uso de língua estrangeira, por exemplo) como caso de polícia, ou até mesmo crime político no contexto da II Guerra. A preocupação com a segurança do Estado estaria refletida na Lei de Segurança Nacional<sup>116</sup>, tornada ainda mais rígida durante os anos do Estado Novo.

A ação da DESPS/DF estaria baseada na ideia de existência de uma quinta-coluna nazista organizada em território nacional, o que contrastava com a política estadonovista. Logo, a polícia seria utilizada em favor da manutenção da ordem política, como instrumento do governo no desmonte da suposta quinta-coluna. Além disso, os “cidadãos de bem”, “bons brasileiros”, seriam estimulados a colaborar denunciando ações de “espionagem”. Materiais de propaganda publicados em jornais e distribuídos em certos locais auxiliavam o governo nesse esforço de difusão da periculosidade nazista, inclusive ingleses e estadunidenses financiariam a produção dessas publicações. (Anexos D e E)

<sup>111</sup> CORDEIRO, Philonila. Op. Cit., p.4.

<sup>112</sup> CARNEIRO, Cezar Augusto. Nacionalismo e repressão no Estado Novo. Texto disponível em: [www.naya.org.ar/congresso/contenido/49CA/Carneiro/htm](http://www.naya.org.ar/congresso/contenido/49CA/Carneiro/htm). Último acesso: 05/07/2012.

<sup>113</sup> CARNEIRO, Cezar Augusto. Op. Cit., p.4.

<sup>114</sup> Com base nos trabalhos citados, podemos perceber que a polícia política estadonovista está inserida em um mundo que entende o quinta-colunismo de uma forma específica. Trataremos a relação circular entre as representações sobre o quinta-colunismo produzidas pela imprensa e pela polícia no próximo capítulo.

<sup>115</sup> SEYFERTH, Giralda. *A assimilação dos imigrantes como questão nacional*. Mana.[on line]. Abr. 1997, vol3, nº1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. ISSN 0104-9313 e acessado em 03/05/2008.

<sup>116</sup> Cf. Capítulo I.

Para Dietrich, o próprio governo incentivaria a prática de denúncias sobre indivíduos, empresas ou atividades suspeitas durante a II Guerra Mundial (1939-1945).<sup>117</sup> Como veremos adiante, esse discurso era apropriado, inclusive, por suspeitos de atuar ou colaborar com a espionagem nazista.

#### *Denúncias e práticas policiais*

No tocante às denúncias, Perazzo acredita que essa prática não foi exercida apenas por brasileiros, mas também suspeitos presos que delatavam companheiros. Em geral, pessoas comuns entregariam vizinhos e desafetos a polícia, ainda que os mesmos não tivessem envolvimento com movimentos políticos ou qualquer atitude de oposição ao governo.<sup>118</sup>

Ao tratar essa questão, Cohen diz que:

Muitos populares, imbuídos do sentimento nacionalista, dizendo-se patriotas e contrários aos “inimigos da pátria”, dirigiam cartas ao governo, denunciando pessoas suspeitas. As denúncias eram as mais variadas possíveis, acusando-se alguns elementos de germanófilos e de fascistas, havendo ainda denúncias de reuniões, da presença de agentes totalitários etc...<sup>119</sup>

A autora também afirma que:

No ano de 1943, o Brasil já havia assumido plenamente o compromisso, de fiscalizar e perseguir os estrangeiros súditos dos países do Eixo. A perseguição prosseguia de uma forma mais intensa e mais organizada. O povo não deixava de participar desta ‘missão’ do governo, denunciando elementos suspeitos ou sugerindo novas medidas.<sup>120</sup>

Em análise aos documentos da DESPS, encontramos alguns exemplos de cartas e alguns ofícios internos encaminhados ao Delegado Especial responsável pela DESPS no período, denunciando “práticas nazistas”. Nem todos são assinados, mas apresentam discurso bastante semelhantes em relação aos inimigos.

O primeiro caso que apresentamos é o do Sargento da Armada Americo Ferreira Ramos que teria enviado um ofício em 7-10-1940 ao Sr. Capitão Felisberto Baptista Teixeira, então Delegado Especial da DESPS/DF. Nesse documento, o sargento afirmava que “a colônia alemã de Santa Catarina, segundo os rumores que correm pretendem irromper, ali, uma revolução nazista, caso a Alemanha consiga vencer a guerra europeia. O SARGENTO Lourival Joaquim de Souza, Da BASE DE AVIAÇÃO DE SC, confirma a afirmação acima.”<sup>121</sup>

Não sabemos se o denunciante estaria a serviço do exército naquela região, ou se residia ali. O interessante é sua preocupação em alertar ao Delegado Especial sobre os rumores que ouvira no estado de Santa Catarina. Junto ao documento, não encontramos prova alguma. Talvez, até mesmo por reconhecer a fragilidade da notícia, ele cita o nome do companheiro de farda sobre quem também não há mais informações.

Outro caso que merece atenção é a correspondência enviada por dois engenheiros florestais ingleses residentes no Rio de Janeiro e que realizavam serviços na região da Baixada Fluminense ao Delegado Especial da DESPS/DF. Eles teriam observado que um grupo com 8 alemães andavam aos domingos naquela localidade. Desconfiados dos “turistas” que, segundo os denunciantes, falavam muito mal o português e ainda se comunicavam por meio de códigos quando entravam em bares ou outros lugares públicos, escreveram:

<sup>117</sup> DIETRICH, Ana Maria. Op. Cit, p. 153.

<sup>118</sup> PERAZZO, Priscila. Op. Cit, p.

<sup>119</sup> COHEN, Esther. op. cit., P. 105

<sup>120</sup> COHEN, Esther, op cit, p.121.

<sup>121</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, p.97.

Todos conhecem a telegrafia morse na qual baten conversas no botequim ou quando se julgan escutados. Todos andam bem armados e municados e um da tropa leva maquina fotografica de microfilms. São munidos de passaportes diplomáticos, emitidos não se sabe bem onde e como.<sup>122</sup>

Adiante os denunciantes afirmam que os “nazistas” fariam distribuição de propaganda do NSDAP, que falariam mal do Brasil e que exaltavam ataque alemão ao país após a guerra. Ao final da carta, ambos assinam e registram o tempo em que moram no Brasil, uma provável ação para ganhar credibilidade junto ao destinatário. Assim, se despedem:

William G. Liverman – Engeiro de Minas Florestais (65 anos de Brasil, desde 1887) e outro nome ilegível (59 anos de brasil, desde 1889).<sup>123</sup>

Não temos como afirmar o que levou esses estrangeiros a denunciar o grupo de alemães à polícia brasileira. Talvez, o fato de a própria Inglaterra estar em guerra com a Alemanha e reconhecerem no grupo um inimigo em comum, alguma disputa entre eles que não ficou evidenciada ou até mesmo um ato de dedicação ao país que lhes acolhera. De qualquer forma, o que nos interessa aqui é demonstrar como a ideia da ameaça nazista também estava presente no imaginário deles.

Em outra situação, a Srta Grete Nobiling, que seria sócia do Clube Germania, uma sociedade recreativa alemã, foi denunciada por uma outra senhora, identificada como Mme Schimidt porque recebia certa quantia da embaixada alemã sem motivos aparentes. Concluiu-se, então, que Srta Grete Nobiling seria espiã de Hitler. Após registro da denuncia, o agente policial escreveu o seguinte em seu relatório: “Anexo, recorte de jornal com fotografia e declarações de Grete Nobiling, que começa se dizendo brasileira para se contradizer mais adiante, quando se refere à sua terra.”<sup>124</sup>

Abaixo, o texto produzido pela acusada o qual não apresenta menção à terra estrangeira:

Oração-profissão para o dia 25 de julho de 1939, 115º aniversário da colonização alemã no Brasil

Eia, Brasil!

Nós brasileiros, netos de alemãs, não pretendemos, na nossa qualidade de esteios da majestosa cúpula da civilização brasileira, representar uma coluna de base menos sólida, de fuste menos arrojado, de capital menos ornamental.

Excelsior, Brasil.<sup>125</sup>

Esse caso, como tantos outros, não apresenta desfecho, mas nos revela uma característica importante de investigação da polícia política estadonovista naquele momento. Apenas o fato de receber uma denúncia poderia desencadear uma ação de investigação policial que poderia resultar na prisão de indivíduos sem qualquer envolvimento com atividades nazistas.

Outra observação que fazemos ao serviço de investigação da polícia seria a provável presença de agentes em lugares pontuais para observar indivíduos suspeitos de envolvimento com atividades nazistas. Dentre os documentos consultado no decorrer da pesquisa, encontramos a seguinte lista intitulada *Pontos de referencia*

<sup>122</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01- cont, p. 141.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01 ,p. 21 e 22.

<sup>125</sup> Idem.



*Casa Thyssen e Krupp*  
*SOCIALISTCH DEUTSCHE ARBEITERPART ORTSGRUP*  
*DIARIO DE NOTICIAS*  
*SOCIEDADE LAGERHAUSS G.A.*  
*HASENCLEVER*  
*BANCO ALEMÃO E TRANSATLANTICO*  
*INSTITUTO HISTORICO*  
*ACÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA*  
*A NAÇÃO*  
*AGENCIA BRASILEIRA*  
*O GLOBO*  
*DIARIO DE NOTICIAS*  
*A NOITE*  
*A BATALHA*  
*A PATRIA*<sup>126</sup>

Certamente, a mesma teria sido elaborada após levantamento de agentes policiais sobre locais onde uma quantidade significativa de “alemães” trabalhavam, se reuniam.

Assim diz o autor, que não está identificado no documento:

Antes mesmo de Hitler subir ao poder, elementos da colônia germânica a ele ligados preparavam uma rede de uma vasta organização, pela qual se interessavam os dois bancos alemães no Rio, assim como os representantes das casas Thyssen & Krupp. Em 19/8/1932, o Sr. Peter Schagen, 2 representantes do Socialistsch Deutsche Arbeiterpart Ortsgrup junto a imprensa, levou o Sr. Dantas, diretor do “Diário de Notícias”, ao Sr. Heinz Weber. Este concedendo uma entrevista àquele jornal, não ocultou sua qualidade de representante de Hitler no Brasil.<sup>127</sup>

As razões para indicação desses lugares aparecem em outro documento, qualificado como “*SECRETO*” no qual a polícia aponta aqueles que seriam os principais “chefes da espionagem alemã”. (Anexo F)

Descrevendo “principais ligações” de chefes nazistas no Brasil “com elementos nativos, círculos de penetração, etc”, o autor também apresenta a figura de Von Cossel como “o mais autorizado chefe da ‘propaganda nazista’, ele também seria antigo negociante da Casa Krupp, “grande exportador de minério de ferro velho adquirido em nosso país”.<sup>128</sup>

Outro suspeito, identificado com Hilger, também é citado nesse dossiê. Ele teria sido gerente da Casa Hasenclever no tempo da I Guerra, mas foi enviado de volta ao país natal após ter sido encontrado com três passaportes de nacionalidades distintas, mas sem alternar o nome ( Sr. Ruldolph). Ainda assim, ele teria retornado ao Brasil na década de 1930 como diretor da Sociedade Lagerhauss, mas mantendo estreita relação com as Casas Hasenclever, sendo “companheiro” inseparável do então gerente, Eduardo Kurzneg “naturalizado brasileiro para melhor agir, mas cujos sentimentos de brasilidade se aferem pelo registro de todos os filhos brasileiros natos no consulado alemão.”<sup>129</sup>

O autor segue dizendo:

Sr. Bayen é o chefe do escritório central de espionagem, encarregado da parte técnica propriamente dita, e que funciona, sob a inspiração de Hilger, no que diz respeito ao Rio, cabendo, como se presume, a chefia suprema para todo o Brasil a Von Cossel. O escritório Central da espionagem

<sup>126</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, p. 9. Cf. Anexo G

<sup>127</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, p. 10.

<sup>128</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, p. 12.

<sup>129</sup> Idem.

está instalado no 3º andar do Banco Alemão Transatlântico, à Rua da Alfandega.

Nos círculos culturais, atribuo prestígio do frade Pedro Sinzig, a quem chegou ao Dr. Hax Fleiuss, do Instituto Histórico, e ao Sr. Josetti, que teria sido enviado à Alemanha, em missão especial. Assim a Ação Integralista teria se aproximado do centro de espionagem alemã.<sup>130</sup>

Ele ainda conclui que Cossel e Hilger teriam exercido inúmeras tentativas de aproximação da imprensa local a fim de obter meios para a divulgação da publicidade alemã. Os periódicos procurados seriam: A Nação, O Globo, Diário de Notícias, A Batalha e A Pátria e A Noite.<sup>131</sup>

A partir da existência de dossiê detalhado sobre a atuação de indivíduos e instituições no nazistas no Brasil, podemos compreender a dimensão do esforço de repressão exercido pela polícia política não só no Distrito Federal como no restante do território brasileiro. Entendemos que naquele período a lógica policial consistia em impedir a ação dos ‘espíões’ nazistas para que não fosse possível concluir os “planos de invasão” da “quinta-coluna nazista” e, assim, frustrar os planos de sublevação de Hitler, conforme teoria vigente na época. Para isso, estavam atentos aos movimentos de estrangeiros no Brasil. Baseados em listas de lugares e pessoas, alguns agentes seriam deslocados para locais pontuais de onde desenvolviam o processo de investigação. (Anexo H)

Ainda que não saibamos o número exato de agentes nas DESPS/DF, nem suas ações específicas, com base nos relatórios encontrados podemos presumir que alguns seriam destinados apenas para vigiar “nazistas” e seus deslocamentos o que pode ser concluído a partir de relatórios investigativos.

Segundo o relatório de 31/7/1940

As observações procedidas no setor nazista desta capital, revelam absoluta calma nesses últimos três dias. Nada de destaque foi notado em diversas horas na Laranjeiras, no Leme, em Ipanema, Leblon, etc...

Em cinco dias que o Club Germania, em certas horas, fecham as portas para vigiarem a parte de fora.

O Embaixador da Alemanha, que reside no Edifício Lucena, nesses últimos 15 dias apenas passou 5 noites em sua residência, sendo que as restantes passou em Petrópolis.<sup>132</sup>

Destacamos um caso, o único dentre os analisados que apresenta conclusão.

Os componentes da ‘GESTAPO’ e do ‘PARTIDO NAZISTA’, continuam a efetuar reuniões, nesta Capital, e estão preparados para executar as ordens de Hitler. Os chefes e sub-chefes de um grupo existente na zona compreendida entre Leblon e Tijuca, encontram-se, quase diariamente, entre 18 e 20 horas, em um dos salões do Hotel Leblon. Costumam aparecer às referidas reuniões, os seguintes elementos: HASS, que é chefe de propaganda da ‘Condor’, e chefe do referido grupo. Homem gordo e autoritário, possui todos os característicos de um ex-oficial alemão. É proprietário de um carro marca ‘HANSA’, e reside à Av. Niemeyer nº 142. Não tem aparelho telefônico instalado em sua residência. – PFARR ou PARR, é homem de poucas amizades; reside à Av. Niemeyer nº 144, onde vive quase solitariamente (...) apenas, mantém relações com o referido grupo, notadamente com HASS, de quem é capanga. –PAULO, suíço-

<sup>130</sup> Idem.

<sup>131</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, p. 13.

<sup>132</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, p. 93.

alemão e nazista vermelho , foi boicotado pela Colonia Suissa, onde afirmou, ‘que o Brasil e a Suissa, só poderiam ser felizes, quando governados por HITLER’; RESIDE NA Estrada do Joá e é proprietário do automóvel ‘MERCEDES’ nº 4.194. –O dono do carro ‘FORD’, chapa nº 104, modelo 1932, que, segundo parece, chama-se WAGNER. – HASS FILHO, piloto da ‘Condor’ e filho da HASS já referido.

Os elementos citados exercem severa vigilância quando estão reunidos, e retiram-se , imediatamente quando notam a aproximação a de alguém. Até o golpe integralista de 1938, o chefe do aludido grupo, era uma certo WAGNER, que residia á Av. Niemeyer, o qual, é fichado pelo Serviço Secreto Francez, como agente de missões especiais.<sup>133</sup>

Nesse trecho, podemos perceber que o autor possuía conhecimento dos integrantes do grupo, certamente teve acesso aos dossiês resultantes de investigações sobre “espionagem alemã”. Isso nos mostra que os agentes da DESDS/DF não agiam “no escuro”, mas tinham alvos bastante definidos de investigação.

Futuras Diligencias (Gestapo)

D-11 29-5-40

Hontem ás 21,35hs, realizou-se na casa de ALTERMANN, sita á Av. Niemeyer nº160- Leblon, uma reunião nazista.

Todo o tempo que durou a tal reunião, estiveram parados á porta da referida residência, os automóveis nºs. 104 e 4194, respectivamente de propriedade de Wagner e de PAUL GRUTT ou PAULO. Ainda nas proximidades, na sombra, o automóvel de chapa nº P.2692.

Ás 22hs., saíu do prédio em questão, um homem alto, magro, o qual entrou no de nº 112 da mesma Avenida, não mais saindo. Posteriormente, este indivíduo foi identificado sendo um alemão chamado MARISCHEN. O telefone de sua residência é nº 27-5688.

Pouco antes das 23hs., chegou á pé, ao prédio onde efetuava a reunião, uma mulher de estatura média, cabelos louros, olhos azues; trajava-se de verde não usando meias e calçava uns tênis pouco elegantes.

Aparentava 30 anos de idade penetrou no edifício com muita cautela.<sup>134</sup>

Em 23 de junho de 1941 um outro relatório apresenta a prisão de um dos observados. Seria essa a última informação sobre o grupo.

Desde a prisão de ALTERMAN e Grutter, reina absoluta calma no “Setôr Nazista” da Avenida Niemeyer.<sup>135</sup>

E segue dizendo:

O grupo de Alterman não mais se reúne, diarimanete no Hotel Leblon.<sup>136</sup>

Interessante notar a referencia a um “setor nazista”. Não sabemos se essa denominação foi dadas pelos agentes da DESPS/DF ou por “espiões” que se reuniam no local. Isso nos faz pensar também que a cidade poderia ter sido fracionada em áreas de atuação para os agentes.

Em 23 de junho de 1939, um agente registrava que ouvira uns dias antes uma conversa entre 4 alemães (um deles identificados como Paulo Renediger, que trabalhavam na sociedade alemã Schindlerer sendo representante de elevadores, e outros dois proprietários das casas Alemães e Lohner, respectivamente) que falavam sobre Hitler e o nazismo no Bar da Brahma, então situado na Avenida Rio Branco. Um outro “alemão” chamado Tilmann teria chegado

<sup>133</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Alemão 04, p.1.

<sup>134</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Alemão 04, p.4.

<sup>135</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Alemão 01, p.100.

<sup>136</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, p. 102.

posteriormente e falado sobre o número de alemães no Brasil e teria afirmado que grupos nazistas já haviam se estabelecido neste país e em outras partes do mundo mas só foram oficializadas com a ascensão de Hitler. Tilmann ainda teria dito que

Na divisão da propaganda política nazista o Brasil é considerado um dos grandes centros de atividade partidária, dada sua enorme extensão territorial, sendo os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul considerados como setor básico desse centro, com base em Porto Alegre.<sup>137</sup>

O agente encerra o documento prometendo investigar para obter mais informações e a localização sobre esse indivíduo não somente no Rio, como também em Niterói.<sup>138</sup>

No mesmo ano, outro documento produzido por agentes da DESPS/DF aponta para relação entre a Agência Telegráfica brasileira e o NSDAP por intermédio de José de Carvalho e Silva. Assim está escrito:

A chegada do Sr. Carvalho e Silva, coincidiu com o início da propaganda oficial do Partido Nazista Alemão. A agência telegráfica D.N.B. concluiu, então, um contrato com a S.A. Agência B, apoderando-se, praticamente, da maioria brasileira das ações e obrigando, para conservar no emprego o diretor e o redator-chefe e mesmo o gerente, passa uma procuração em favor de um administrador-caixa, de nacionalidade alemã, homem de confiança da Embaixada Alemã.<sup>139</sup>

Apesar de não saber quantos agentes estão envolvidos nesse caso, ou se apenas um trabalha isoladamente, notamos que as informações registradas em relatórios se complementam formando uma base sólida para o desenvolvimento do trabalho de investigação da polícia. Além de vigiar esses “espiões, a polícia política estado novista tinha um objetivo bastante definido: retirar esses indivíduos de circulação evitando-se assim o desenvolvimento de “ações quinta-colunistas”. Essa intenção, está bastante presente nos requerimentos abaixo, retirados de um relatório encaminhado à Seção de Fiscalização do Comércio de Armas, Explosivos e Munições (S-3).

O autor apresenta o nome de alguns indivíduos e as determinações dadas pela S-3 a eles.

O primeiro é Hans Ernest Schroeder que chegou ao Brasil com uma carta ao Socorro Católico enviada pelo Cardeal Paciele, mas que seria falsa. A suposta farsa teria sido descoberta por causa de seu estilo de vida. Por isso, sua prisão foi determinada através da seguinte sentença: “A principio demonstrava pobreza, atualmente leva vida abastada. Localizar, deter e proceder rigorosíssima busca!”<sup>140</sup>

Posteriormente, Karl Willy Fuchs é apresentado ao delegado responsável pela S-3 como “Funcionário ativo da Gestapo, fazendo parte do grupo de sabotagem. Deter imediatamente.” Da S-3, veio a resposta:

“Da rigorosa busca procedida em seu estabelecimento comercial [possuía um restaurante – Restaurant Cidade de Munich] e na sala em que reside, nada foi encontrado que o compromettesse. Acha-se detido na S-3, à disposição do Sr. Ca. Delegado [Capitão Felisberto Baptista Teixeira, na época], a quem foi solicitada instrução para proceder após interrogatório.”<sup>141</sup>

<sup>137</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, p. 18.

<sup>138</sup> Idem.

<sup>139</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, p. 19 e 20.

<sup>140</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, p. 21.

<sup>141</sup> Idem.

Um outro nome apresentado foi o de Josef Ross que teria sido chefe do partido nazista em Hamburgo, mas afirmava que teria deixado o Partido. A classificação dada a ele foi a seguinte “trata-se de indivíduo perigoso. Identificar, localizar e deter, procedendo rigorosíssima busca!”<sup>142</sup>

Outros casos de restrição de liberdade de suspeitos, podem ser observados a partir de inquéritos policiais.

Albert Gustav Engels foi indiciado sob a suspeita de manter constante contato com a Alemanha. Conforme acusação, ele sempre se comunicava e trocava informações com aquele país.<sup>143</sup> O inquérito teria sido iniciado em 04/08/1942 e a “evidencia” do envolvimento de Engels por participar da quinta coluna nazista seria o fato de o mesmo receber e enviar correspondências com nome falso de Alvaro Reis. Quanto a isso, o réu alegou que usara nome falso para receber correspondências comercial e fugir da censura inglesa, “visto sua firma estar visada por ela.”<sup>144</sup> Contudo, para seus acusadores, Engels utilizava esse nome para não levantar desconfianças sobre as correspondências que trocava com alemães. Nos dizeres do autor desse inquérito, por receber correspondência “em nome absolutamente brasileiro, não sendo, portanto alvo desconfiança”<sup>145</sup> Ou seja, o fato de possuir nome estrangeiro já tornava o sujeito passível de intensa vigilância policial.

Mais adiante, os acusadores concluem que o réu passava informações dos EUA para a Alemanha. Sobre essa questão, destacamos o seguinte trecho:

a Alemanha comunicava a Engels que este iria receber informações dos EUA que deveria retransmitir à Alemanha, as quais seriam assinadas por determinados nomes como Ivan, James, Harry e outros...a maioria das informações recebidas eram sobre assunto marítimos, como produção de navios e movimento nos portos, algumas sobre a produção industrial em geral e outras sobre produção aeronáutica.<sup>146</sup>

É interessante observar que no conteúdo dessas correspondências não aparece nenhuma informação sobre o Brasil ou ainda demonstração de interesse sobre o território. Ainda que houvesse participação do réu em alguma tentativa de invasão nazista, esse documento não seria suficiente para comprovar tal ação. Nas 205 páginas de processo foram ouvidas e acusadas outras pessoas, inclusive colegas de trabalho de Engels, pois o fato de manter relações com “alemães” já tornava uma pessoa suspeita em potencial. Por fim, este inquérito foi encerrado em 19/07/1943 por falta de provas que comprometessem o réu em ações nazistas.<sup>147</sup>

Nesses inquéritos identificamos também que vigilância e suspeita não se restringia a estrangeiros, como se pode observar no caso abaixo.

Em 07\10\1942 Jofre Magalhães dos Santos e Heitor Latorraca Vieira (ex-investigadores da DESPS), ambos os funcionários da “Companhia Porto Franco Nacional de

---

<sup>142</sup> Idem.

<sup>143</sup> Fundo DESPS/ Setor Inquéritos/ 76 – inquéritos relativos à comunicação e trocas de informações com a Alemanha. *Inquéritos de Albrecht Gustav e outros sobre a suspeita de espionagem alemã envolvendo alemães e brasileiros*

<sup>144</sup> Fundo DESPS/ Setor Inquéritos/ 76 – inquéritos relativos à comunicação e trocas de informações com a Alemanha. *Inquéritos de Albrecht Gustav e outros sobre a suspeita de espionagem alemã envolvendo alemães e brasileiros*, p.4.

<sup>145</sup> Idem.

<sup>146</sup> Fundo DESPS/ Setor Inquéritos/ 76 – inquéritos relativos à comunicação e trocas de informações com a Alemanha. *Inquéritos de Albrecht Gustav e outros sobre a suspeita de espionagem alemã envolvendo alemães e brasileiros*, p.7.

<sup>147</sup> O nome de Albert é o título do Inq 76. Ora aparece depondo como acusado, ora como testemunha em diferentes casos. Stantley Hilton ( 1977, p. 24-54) acompanha todo o processo de Engels a partir quando o mesmo é enviado ao Tribunal de Segurança Nacional.

Budapeste para a América do Sul” foram denunciados por Seraphim Braga, chefe da Seção de Segurança Nacional em carta ao “Sr. Major Delegado Especial” por terem apresentado comportamento destoante daquilo considerado normal, aproximando-se de estrangeiros e ostentando padrões de vida acima de suas rendas. Em seu texto, ele diz:

A vida faustosa que usavam esses dois funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, não se poderia justificar, por mais liberal que fosse sua remuneração, si, de fato, estivessem como alegam, somente ao serviço secreto da polícia e do Ministério da Guerra.

De tanto se infere que um e outro recebiam largos estipêndios dos agentes secretos da espionagem alemã e italiana, naquelas unidades da federação[Natal e Recife].<sup>148</sup>

Por isso, eles foram indiciados e, conforme inquérito, afirmaram que prestavam serviços secretos para o governo brasileiro. Jofre trabalharia para a polícia política e Heitor para o Ministério da Guerra. Destacamos abaixo, um trecho do inquérito que descreve a queixa sobre esse acusado.

(...) invocando o assentimento do então Delegado Especial, Sr. Capitão Felisberto Baptista Teixeira<sup>149</sup>, Jofre Magalhães dos Santos aceitara um cargo em empresa estrangeira – “Companhia Porto Franco Nacional de Budapeste para a América do Sul – Empresa de Navegação”, entidade notoriamente a serviço do interesse dos alemães no Brasil, o que caracterizava uma modalidade de espionagem no setor da nossa navegação interna e transatlântica.

O alegar de que simultaneamente com sua função de empregado da referida emprês, é inadmissível, pois, no seu citado depoimento, jamais fez qualquer alusão aos serviços de natureza secreta ou ostensiva que, porventura, se relacionasse com o interesse da Polícia Civil do Distrito Federal.”<sup>150</sup>

Em relação a Heitor, o documento diz o seguinte:

Quanto a Heitor, “que se dizia emissário do Ministério da Guerra, e também do serviço secreto da Chefatura de Polícia do Distrito Federal, em todo seu depoimento, aludindo a relatórios secretos enviado ao Gabinete da Chefatura nesta Capital, e à observações que teria procedido junto às Forças do Exército estacionadas em Natal, numa linguagem eivada de subterfúgios, vela o proposito de inocentar-se dos atos indefensáveis praticados em Natal e Recife, durante o período de onze meses.”<sup>151</sup>

Como esses serviços não foram confirmados, ambos foram enquadrados como espiões pela polícia política.

Segundo Jofre, em depoimento, ao receber a proposta de trabalho, em 1941, teria pedido exoneração. Contudo, o próprio delegado especial, Sr. Capitão Felisberto Baptista Teixeira, o teria pedido para continuar como investigador e retirar informações que fossem úteis à polícia que na época estava “atenta à situação de guerra.”<sup>152</sup>

Chegando em Recife, Jofre teria encontrado com Latorraca, que se dizia representante do gabinete da chefatura da polícia e do Ministério da Guerra. Contudo, estranhou sua

<sup>148</sup> APERJ/Fundo DESPS/ Setor Inquéritos/ Notação 80/ p.7.

<sup>149</sup> Na época do inquérito o Delegado Especial do DF era o Major Olindo Denys.

<sup>150</sup> APERJ/Fundo DESPS/ Setor Inquéritos/ Notação 76/ p.6.

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> Idem.

proximidade com agentes italianos e suspeitava que o mesmo recebia dinheiro deles, o que lhe parecia justificar sua vida de luxo e ostentação. Jofre ainda acusou o colega de praticar espionagem e manter ligações com italianos e alemães. Além disso, teria tentado extorquir o consul alemão alegando denuncia-lo à Chefatura da Polícia do Distrito Federal e ainda foi proibido pelos americanos de voar pela “Panair” por ser considerado agente italiano. O depoimento de Jofre diz muito sobre as “peripécias” de seu antigo colega, mas muito pouco sobre suas atividades no nordeste. Aproxima-se da polícia denunciando o conhecido, tentando, assim, conquista-los e tirar o foco de si mesmo. O curioso é como ele sabia de tantas informações se, aparentemente não tinha contato frequente com Heitor.

Heitor, que também teria sido investigador da Polícia Civil do Distrito Federal e exonerado em 1938 para “cuidar de negócios” teria prestado depoimento no mesmo dia que Jofre. Em sua defesa, afirmou que as acusações de vida principesca não eram verdadeiras, pois teria deixado Recife devendo três contos de reis que teriam sido pagos pela chefatura da polícia. Quanto a sua relação com o consul da Itália, afirmou que sua relação era de cortesia com essa figura.<sup>153</sup> Também negou qualquer situação extorsão de dinheiro por parte dos alemães e que teria auxiliado um mecânico da “Lati”, chamado Julio Bopp, pois “certa vez pedira ao declarante para obter-lhe salvo-conduto afim de poder vir ao Rio de Janeiro, por terra, e que o declarante não teve a menor dúvida em pedir ao Chefe de Polícia de Natal, dito salvo-conduto foi concedido e do qual se utilizou Bopp para viajar por mar e que, nenhum fundamento tem o que lhe atribue Jofre Magalhães quanto a extorsão de dinheiro, a Bopp ou a qualquer outro alemão, pois se espões existiam em Natal ou Recife, o declarante os desconhece.”<sup>154</sup> Também negou o desentendimento com os americanos e afirmou ter boas relações com as chefias de polícia.

No tocante à temática de “espões nazistas” em atividade no território brasileiro, Gertz afirma que a presença de alguns espões e de escolas com professores nazistas não comprovariam a existência de um plano de infiltração sistemática a qual englobaria a totalidade das comunidades alemães.<sup>155</sup> O autor não ignora a existência de espões, mas não acredita na formação de uma quinta-coluna.

Stanley Hilton trabalha a temática da espionagem de guerra no Brasil a partir de documentos da diplomacia brasileira, alemã, estadunidense e casos processados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Ele demonstra casos de espões que teriam sido capturados pela polícia naquele contexto. Conforme estudo do autor, o Brasil, devido sua localização teria sido escolhido como ponto de observação no Hemisfério Sul. A partir de espões localizados no país seria possível obter informações sobre planos e ações dos Estados Unidos, principais inimigos alemães no mundo ocidental, de forma mais eficiente. Por isso, a *Abwehr*, como era chamado o Departamento do Exterior e Serviço de Informações do Alto Comando das Forças Armadas da Alemanha (*Oberkommando der Wehrmacht*) teria enviado espões treinados para o país. A função deles seria coletar informações que tivessem valor militar para a ação do III Reich. Os dados recolhidos poderiam ser enviados de três formas, basicamente: pelo uso de tintas especiais, que tornariam um texto invisível até a aplicação de um reagente apropriado; através de uma tecnologia de ponta chamada microponto, que poderia reduzir textos inteiros ao tamanho de um pinga da letra “i” e a mais utilizada no Brasil, a comunicação radiotelegráfica a partir de rádios clandestinas.<sup>156</sup> Nas palavras do autor, para os líderes do III Reich no contexto da Guerra,

O que aumentava o significado da América do Sul, aos olhos da

---

<sup>153</sup> Idem.

<sup>154</sup> APERJ/Fundo DESPS/ Setor Inquéritos/ Notação 76/ p.11.

<sup>155</sup> GERTZ, René. *Op. Cit.*, 1991, p.48.

<sup>156</sup> HILTON, Stanley E. *Suástica Sobre o Brasil; A historia da espionagem alemã no Brasil (1939-1944)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Abwehr era o fato de que seus técnicos descobriram que a comunicação radiotelegráfica com a América do Sul era mais fácil do que com os Estados Unidos; isso significava que os agentes do Abwehr nesse último país teriam que enviar suas informações a estações clandestinas no Hemisfério Sul, e estas, por sua vez, as transmitiriam para a Alemanha. Assim, postos de escuta secretos teriam que ser montados na América do Sul. E, de todos os países daquela região, o Brasil era o lugar mais indicado para concentrar as atividades de espionagem.<sup>157</sup>

Nesses relatos, também não aparecem provas da intenção de ataque e anexação do Brasil pela Alemanha nazista.

Moraes constatou que não havia documentos que comprovassem a intenção do NSDAP em fazer das colônias alemãs no Brasil um ponto de partida para anexação do território brasileiro à Alemanha. Para ele, o investimento em propaganda empreendido pelo partido objetivava cultivar no alemão no exterior o sentimento de pertencimento à Volksgemeinschaft (comunidade nacional idealizada pelos nazistas).<sup>158</sup>

Embora não negue a presença de espões em terras brasileiras, Perazzo entende que esses elementos não seriam especialistas. Segundo a autora, “Em torno dessa ideologia (nazismo), os alemães filiados a ela deveriam, como súditos, participar das atividades partidárias que implicavam fidelidade, propaganda e, em alguns casos, espionagem.” Esses espões podiam ser de dois tipos: cidadãos comuns do III Reich ou elementos de uma organização profissional, o que nos mostra que havia certa preparação por parte desses indivíduos, ou seja, não se tratava de pessoas inexperientes nessa tarefa.<sup>159</sup>

Gertz estuda a presença do germanismo, do integralismo e do nazismo em comunidades alemãs no Sul do Brasil, Moraes o NSDAP no Brasil e Perazzo a repressão aos nazistas em São Paulo. Apesar de focos diferentes, esses autores concordam com o fato de que não existem evidências documentais que sustentem a existência de planos para a invasão do Brasil, e de que aquilo que é em geral tomado como “prova” dos supostos planos elaborados pelos nazistas para ferir a soberania brasileira são inconsistentes.

Apesar disto, observamos entre os anos trinta e quarenta a possibilidade de invasão nazista não só parecia bem real, como também mexeu com a organização policial do Distrito Federal a ponto de alterar sua estrutura e tornar pessoas de origem germânica alvo de investigação e observação. Não só pessoas físicas eram investigadas, mas também empresas e outras instituições que tinham ligações com a Alemanha nazista entraram para a lista de suspeitos.

Ao final das análises não podemos constatar qualquer comprovação da intenção de nazistas de tomar o território brasileiro, ainda que também não possamos desconsiderá-la por completo dada a característica expansionista do regime.

Contudo, as constantes apresentações de “evidências” sobre atividades nazistas no Brasil nos revelam a necessidade da polícia em manter sua posição privilegiada diante da sociedade civil de agente controlador da ordem obtendo além de respeito e admiração, elevada quantia em investimento financeiro para manter seu “perfeito” financiamento.

---

<sup>157</sup> HILTON, Stanley E. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>158</sup> MORAES, Luis Edmundo. *Op. Cit.*, 1996.

<sup>159</sup> PERAZZO, Priscila. *op.cit.*





### Capítulo III

#### O discurso político da DESP/DF e sua autoafirmação

A proposta desse trabalho é demonstrar que a repressão às atividades nazistas exercida pela DESP/DF era reflexo direto daquele contexto político. Uma vez definidos os inimigos pelo Estado, coube a este órgão vigiar a punir suspeitos de ameaçar a soberania nacional durante o Estado Novo. Ao longo dos capítulos anteriores, buscamos oferecer elementos que permitissem contextualizar o trabalho realizado. Neste último capítulo, utilizaremos relatórios produzidos por agentes policiais e notas da imprensa da época para abordar a forma como a polícia política do Distrito Federal representava os inimigos nazistas e a si mesma.

Nossa intenção é verificar a forma como os agentes, descrevendo as situações de combate ao inimigo, criam estratégias discursivas com o fim de justificar a existência do trabalho repressivo da polícia política bem como de reforçar a necessidade de manutenção deste trabalho. A razão da utilização desses documentos, conforme dito anteriormente, é compreender a maneira como o inimigo é representado durante o processo investigativo no interior do sistema policial dentro do contexto delimitado. Visto que, ao descrever o “inimigo”, os relatórios da polícia nos falam menos dos próprios “inimigos” e mais do olhar que os observa e de sua atitude classificatória, nos revelando muito sobre o trabalho e o propósito da própria instituição policial, que é, de fato, nosso objeto de estudo.

Os trabalhos de Carpi e Campos<sup>160</sup>, Bretas<sup>161</sup> e Holloway<sup>162</sup>, os quais apresentamos anteriormente, apontam para o fato que a manutenção da ordem no Brasil esteve relacionada, desde o princípio, a contenção das “classes perigosas”. Dependendo do período, a repressão policial privilegiou determinados “grupos” em detrimento de outros. “Vadios”, “capoeiras”, “comunistas”, “alemães” e “nazistas” são exemplos daqueles que foram contemplados pelos órgãos policiais.

Howard Becker problematiza aquilo que seria qualificado como “desvio”, como um transgressor, o que ele chama de outsider. Segundo Becker cada grupo possui um conjunto de regras que uma vez desrespeitadas torna alguém outsiders. Em sociedade mais complexas as leis seriam criadas prevendo interesses comuns, uma vez determinadas, seriam defendidas e seus transgressores punidos. Nesses casos, o Estado detém poder de polícia para impor regras sociais (aquelas descritas em forma de lei).<sup>163</sup> Becker entende que o “desvio” é criado pela sociedade, dentro de contexto específico, ele passa a exigir a partir da transgressão de regras definidas por um grupo social específico sobre as demais pessoas. Ou seja,

Grupos sociais criam desvio ao fazer regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’.<sup>164</sup>

Howard Becker entende que regras são construídas por grupos, esses “criadores de regras” são classificados como empreendedores morais. Segundo o autor, quando alguém identifica que algo parece fora de ordem, entram em cena os reformadores cruzados, “protótipos de criadores de regras”. Dentro de sua postura moralista, acreditam esses que suas novas regras “salvariam o mundo”. E, por isso, buscam apoio social para alcançar seus objetivos.<sup>165</sup> Ele diz:

---

<sup>160</sup> CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura, op.cit.

<sup>161</sup> BRETAS, Marcos Luiz. op cit.

<sup>162</sup> HOLLOWAY, Thomas. op.cit.

<sup>163</sup> BECKER, Howard S. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.15.

<sup>164</sup> BECKER, Howard S. Op. Cit., p.21.

<sup>165</sup> Becker, Howard S. *Oo.cit*, p.153.

O cruzado moral, no entanto, está mais preocupado com fins que com meios. Quando se trata de redigir regras específicas (tipicamente na forma de legislação a ser proposta a uma assembleia estadual ou ao Congresso Federal), ela frequentemente recorre ao auxílio de especialistas. Advogados e juristas muitas vezes desempenham esse papel.<sup>166</sup>

Becker segue dizendo que uma vez estabelecida uma nova regra, seria necessário que se criassem órgãos ou reutilizassem outros que as garantissem, seriam as agências impositoras de regras. Para ele, “o resultado final da cruzada moral, é uma força policial”. Assim, descumprimento dessas regras criaria novos outsiders e caberia aos policiais puni-los. Sobre essa questão, o autor afirma:

Quando as regras são alteradas, ele pune o que antes era comportamento aceitável, assim como deixa de punir o comportamento que foi legitimado por uma mudança nas regras. O impositor, portanto, pode não estar interessado no conteúdo da regra como tal, mas somente no fato de que a existência da regra lhe fornece um emprego, uma profissão e uma *raison d'être*.<sup>167</sup>

Destacamos aqui o trabalho de Becker para tratar do discurso da DESPS/DF sobre seu inimigo e sobre si própria. Conforme abordado em capítulos anteriores, essa instituição ganhou destaque ao passo que as atividades nazistas no Brasil foram consideradas ameaças. Assim, o discurso construído a partir da política da época que não somente justificava sua existência como promovia a necessidade de sua manutenção. Tal discurso foi respaldado pela lei do país que entendia como certa a preparação de um ataque bélico nazista a partir de uma quinta-coluna. Essa ação, contudo, resultou em um conflito interno a exemplo do modelo apresentado por Becker em seu trabalho. Sobre essa situação, ele diz:

Ao justificar a existência de sua posição, o impositor de regras enfrenta um duplo problema. Por um lado, deve demonstrar para os outros que o problema ainda existe; as regras que supostamente devem impor tem algum sentido, porque as infrações ocorrem. Por outro lado, devem demonstrar que suas tentativas de imposição são eficazes e valem a pena, que o mal está sendo de fato enfrentado adequadamente.”<sup>168</sup>

Uma vez criadas leis pelo Estado que definiam os crimes, cabia a polícia executar bem o seu papel: evitar que o crime acontecesse por meio de “medidas preventivas”. Além disso, não se deve desconsiderar que a própria instituição policial operasse por meio de mecanismos de justificação de sua própria existência institucional e da adequação de suas práticas. Neste sentido é que se pode dizer que muitos policiais forjavam imagens de suspeitos e de “inimigos” e usavam-nas de forma muito ampla para justificar ou valorizar sua atuação. Percebemos, então, que o trabalho da polícia era pautado na existência do perigo e sua prevenção.

René Gertz, em *Perigo Alemão*<sup>169</sup> demonstra que um forte aparato policial teria sido montado para conter as ações de alemães/ nazistas no sul do país. Esse esforço deveria ser justificado por ações bem sucedidas. Segundo o autor, “Um delegado nomeado para o interior não podia relatar que não existiam bandos de nazistas no local. Isso colocaria em xeque seu

---

<sup>166</sup> BECKER. Howard S. Op. Cit., p.155.

<sup>167</sup> BECKER. Howard S. Op. Cit., p.161.

<sup>168</sup> BECKER. Howard S. Op. Cit., p.162.

<sup>169</sup> GERTZ, René. *Perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

emprego, pois inexistindo a razão para sua nomeação, poderia ser desnomeado.”<sup>170</sup> Por isso, para manter seu posto muitos policiais maquinavam apreensão de suspeitos.

No já citado *Guerra nas ruas*<sup>171</sup>, Bretas discorre sobre atitude de policiais de qualificar e, por vezes, punir seus suspeitos. Essa atitude, contudo, resultava em prisões arbitrárias envolvendo pessoas sem contato algum em atividades criminosas. Segundo Bretas,

No processo de identificação dos grupos populares da cidade, categorias de classificação negativa são manipuladas de forma de forma a permitir o maior enquadramento possível (...). Dessa forma, a polícia tem nas mãos instrumentos de disciplinarização de conjunto das camadas populares que lhe permitiram demarcar regras de comportamento no espaço urbano - ainda que precariamente. Empregando as ‘estafadas chapas’ de identificação como gatunos conhecidos, desordeiros ou vagabundos é possível à polícia punir, mesmo fora do âmbito processual, aqueles que criam problemas para a vida na cidade.<sup>172</sup>

Comunistas, assim como anarquistas, e militantes de movimentos revolucionários que propunham a alteração da ordem social vigente, promovendo manifestações e greves entre trabalhadores já eram investigados e presos pela Polícia Civil do Distrito Federal antes mesmo de Getúlio Vargas chegar ao poder. Da mesma forma, estrangeiros considerados subversivos eram deportados desde o século XIX. Contudo, a atenção sobre esse grupo foi intensificada no primeiro governo Vargas (1930-1945) no contexto de crise mundial e ascensão de governos autoritários. O projeto nacionalizador do Estado Novo pretendia que todos incorporassem os símbolos nacionais e desenvolvesse o amor à pátria abandonando os hábitos culturais de seus países de origem, principalmente o uso de língua estrangeira. No novo Brasil não deveria haver espaço para diferenças.

Sendo assim, os estrangeiros figuravam entre os principais grupos perseguidos (às vezes indivíduos estrangeiros também eram caracterizados como anarquistas o que complicava ainda mais sua situação junto a polícia). Mais tarde, um outro ator passou a mobilizar a atenção da polícia política. Após o “levante” ou “intentona” de 1935, os comunistas passaram a ser o alvo da ação policial.

A tentativa de golpe realizada por militantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>173</sup> em 1935, com participação decisiva do PCB e da III Internacional, deixou as autoridades brasileiras em estado de alerta. A ameaça concreta da tomada de poder pelos comunistas favoreceu ainda mais a concentração de poder na figura do presidente. Naquele contexto de grande tensão social, a DESPS/DF deu início a um grande processo de investigação e prisão de suspeitos de relação com o comunismo. Houve grande perseguição à liderança envolvida na ação. A mobilização foi tamanha que Waldecy Pereira<sup>174</sup> pode observar, durante seu trabalho de organização dos arquivos policiais no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), que o volume de documentos produzidos pela DESPS/DF aumentou consideravelmente após 1935.<sup>175</sup>

A partir da leitura de relatórios administrativos encaminhados pelos delegados especiais aos chefes de polícia notamos que desde 1935 os comunistas figuravam como grandes “inimigos nacionais” ao lado de outros tipos de “indesejáveis” como: “desocupados”,

<sup>170</sup> GERTZ, René. *op.cit.*, p.48.

<sup>171</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *op.cit.*, 1997.

<sup>172</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *op.cit.*, p.104.

<sup>173</sup> Movimento fundado pelo Partido Comunista no Brasil (PCB) em combate ao imperialismo, ao fascismo e ao integralismo.

<sup>174</sup> PEDREIRA, Waldecy. *A reconstrução do arquivo*. IN: *DOPS; a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, 1993.

<sup>175</sup> PEDREIRA, Waldecy. *op.cit.*

“malandros”, “desordeiros”, “bêbados” e “vadios”. Como um novo instrumento na repressão a alguns destes “indesejáveis” foi promulgada em 4 de abril de 1935 a Lei de Segurança Nacional<sup>176</sup>, que enquadrava os crimes contra a ordem política e social.

Essa situação está bastante presente no discurso da DESPS sobre seu trabalho. Se por um lado espiões nazistas são apresentados como inimigos extremamente perigosos e bem estruturados no país, por outro a força da polícia mostra-se perfeitamente eficiente em seu trabalho árduo no combate a eles.

### *O perigo nazista*

A publicação de documentos oriundos e investigações da polícia política estadonovista como *A Quinta Coluna no Brasil*<sup>177</sup> e *O punhal nazista no coração do Brasil*<sup>178</sup> evidenciam a preocupação com a existência de um plano de sublevação de Hitler para anexar parte do território brasileiro, sobretudo nos estados sulistas (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Esses documentos apresentam denúncias em relação às atividades nazistas e “evidências” que comprovariam o esforço do NSDAP, apoiado pela *Auslandsorganisation* (Organização para o exterior do NSDAP – A.O.) na preparação de uma quinta coluna nazista em território nacional.

Aurélio da Siva Py, chefe de polícia do Rio Grande do Sul, teria se destacado no “campo da denúncia” ao ter publicado relatórios secretos sobre o esforço de repressão ao partido nazista no Rio Grande do Sul que circularam primeiramente internamente nas delegacias regionais publicados em 1942, “delatando” a danosa infiltração nazista no Brasil. A partir de seus escritos, as atividades do NSDAP no país teriam ganhado conotação de espionagem, pessoas relacionadas ao partido seriam quinta-colunistas observadores que preparavam o terreno para ação efetiva de anexação do território brasileiro.<sup>179</sup>

Luís Edmundo Moraes identifica que o livro apresentou esses relatórios de forma “reorganizada” a fim de denunciar as atividades do NSDAP no Brasil e também prestar contas sobre o trabalho que a polícia vinha desenvolvendo. Ele chama atenção para as características próprias dessa publicação que a diferenciava de anteriores, como as longas introduções antes dos capítulos e uso de fontes bastante próprias, inclusive o grande número de documentos apresentados por Py em seus capítulos. Para ele, o uso dessas fontes teriam o objetivo de demonstrar:

1º) a realidade da existência do partido nazista no Brasil, sendo para isso utilizadas carteiras do partido, da D.A.F. e relatórios de acompanhamento policial de uma ou outra localidade;

2º) a desvalorização do Brasil por parte dos “nazistas”, onde aparecem quaisquer manifestações de fidelidade à Alemanha ou ao Führer, reivindicações de distintividade étnica, “insistência” no uso da língua alemã em escolas, igrejas etc.

3º) o “perigo nazista” e a agressão à soberania, constando documentação que “demonstra” o interesse de Hitler em transformar o sul do

---

<sup>176</sup> Essa lei trouxe a definição de crimes específicos contra a ordem política e social do Estado. Em 1936 foi criado também o Tribunal de Segurança Nacional a fim de agilizar os processos jurídicos abertos contra suspeitos de ameaçar a segurança do país.

<sup>177</sup> PY, Aurelio da Silva. *A quinta coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1942.

<sup>178</sup> RIBAS, Antonio de Lara. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

<sup>179</sup> MORAES, Luis Edmundo. *Ein volk, Ein Reich, Ein Führer; A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro: 1996.

Brasil numa colônia, que “evidencia” a atividade de espionagem, as redes institucionais formadas pelo partido (consulados, associações), e a propaganda separatista; e

4º) a debilidade moral das “hordas nazistas”, onde são utilizadas cartas de militantes, documentos com resoluções, casos de suicídio, de boicote etc. que “denunciam” o regime totalitário de um partido entregue à direção de “desajustados”.<sup>180</sup>

Para Py, o uso dessas fontes seriam a prova definitiva da intenção de ataque ao território brasileiro, mas ainda eram insuficientes para comprovar qualquer tentativa de intenção nazista de anexar parte do território brasileiro. Aliás, Moraes aponta que o plano de dominação nazista do Sul do Brasil seria um tema recorrente uma vez que seria a base para justificar o esforço de repressão empreendido por governo e polícia, instituições apresentadas na época como capazes de frear tal projeto. As colônias são tratadas como instrumentos nazistas que trabalhariam a favor da quinta-coluna para a dominação, mesmo que inconscientemente. Moraes ainda diz:

Apesar da debilidade de suas fontes, são essas as formulações que constituem-se em “prova cabal” da perspectiva anexionista do III Reich e é com elas que Py busca mostrar que os interesses alemães no sul do Brasil são muito concretos e fazem parte das disputas por mercado e por áreas estratégicas com a Inglaterra e com os Estados Unidos. Durante o restante do texto, com poucas exceções no que tange à propriedade entre fontes e conclusões, esta situação se repete.<sup>181</sup>

Observamos também o caráter de denúncia em *O punhal nazista no coração do Brasil*, um conjunto de relatórios resultantes de investigação sobre o nazismo em Santa Catarina. Esses textos foram produzidos por Antonio de Lara Ribas, capitão da Delegacia da Ordem Política e Social em Santa Catarina, Antônio Carlos Mourão Ratton, Secretário da Segurança Pública em Florianópolis e João Kuehne, comissário de polícia e chefe da seção da Ordem Política e Social. Logo nas primeiras páginas dessa publicação Ribas apresenta como objetivo do trabalho demonstrar o que classifica como “ardilosa e nefanda infiltração nazista no estado de Santa Catarina.”<sup>182</sup> Da mesma forma, Ratton afirma que a publicação

Visa tão somente, a expor com singeleza a gravidade da infiltração nazista em Santa Catarina, documentando-a fartamente, e dando contas ao público da ação repressiva, inflexivelmente posta em prática pela Secretaria de Segurança Pública, contra as organizações nocivas aos interesses de nossa pátria.<sup>183</sup>

A temática da quinta coluna é bastante recorrente nos textos de Ribas, Ratton e Kuehne. Eles procuram demonstrar através de materiais como panfletos, declarações de fidelidade ao Führer e outros objetos o quanto o nazismo tinha raízes sólidas no estado de Santa Catarina. Os textos remetem ao caráter belicoso da nação alemã e a sua política nazista.

<sup>180</sup> MORAES, Luís Edmundo. op cit, 1996, p.86.

<sup>181</sup> MORAES, Luís Edmundo. Op.cit., 1996,p.87.

<sup>182</sup> RIBAS, Antonio. Op. Cit., prefácio.

<sup>183</sup> RATTON, Antonio. IN: RIBAS, Antonio. Op. Cit., p.12.

A A.O. é apresentada como financiadora do NSDAP para o ataque ao Brasil, pois caberia a ela promover

Uma agitação político-racista que atingiu os recantos mais pacatos e longínquo de todas as nações do globo, instalando nelas, através de células políticas diretamente subordinadas a Organização do Exterior do NSDAP verdadeiras “cabeças de ponte”, dando-lhes a missão de promoverem a arregimentação total de todos os alemães residentes, acidental ou definitivamente nos países de além fronteira, preparando-se, assim já se vê, para o assalto fatal contra a soberania das mesmas.<sup>184</sup>

É interessante observar que nesse trabalho, a quinta coluna é entendida como algo que vai além de uma ação bélica. Ribas define como quinta colunista todo aquele que presta qualquer tipo de assistência ao “inimigo comum”, indo contra os interesses da nação brasileira. Assim, o primeiro passo para conter a ação quinta colunista, seria impedir a propagação da ideologia nazista por meio de propaganda. Da mesma forma, as sociedades alemães fossem recreativas, escolares, esportivas, culturais ou de caridade deveriam ser vigiadas de perto, pois também seriam utilizadas como portas de entrada para o nazismo. O autor vê como solução no combate a esse inimigo, o fortalecimento da instituição policial, como Ribas afirma:

A ‘Quinta-Coluna’ não encontra, pois, meios de subsistência no ambiente das nações bem policiadas, dispondo de aparelhamento técnico-científico à altura das necessidades impostassem épocas decisivas como a presente.<sup>185</sup>

Os trabalhos de Py, como os demais citados, nos possibilitam compreender como a ideia da quinta-coluna estava presente no cotidiano e imaginário social de boa parte do Brasil entre as décadas de 1930 e 1940, legitimando o esforço de repressão das DESPS’s.

Muitas das afirmações apresentadas acima estão presentes nos relatórios da DESPS/DF que analisamos. A partir desse material, podemos identificar pelo menos duas razões apresentadas como justificativas pela polícia política do DF, com respaldo do governo federal, para a preocupação com a formação de uma quinta-coluna nazista em território brasileiro.

A primeira delas seria o poder de ataque alemão aliado ao suposto interesse de Hitler pelos recursos naturais brasileiros.<sup>186</sup>

Em um dossiê intitulado *Relatório de uma viagem ao sul do país*, um agente que parece ter sido enviado em uma missão especial para investigar ações nazistas no país, escreve:

Uma exata impressão geral da organização nazista no Brasil, não é fácil de se obter porque, evidentemente, ela, que tudo indica, existe como toda organização desse gênero, está guardado sob o mais cuidadoso sigilo. E, mais não se pode ter dúvidas que essa máquina gire sob orientação

---

<sup>184</sup> RIBAS, Antonio. Op. Cit., p.18.

<sup>185</sup> RIBAS, Antonio. Op. Cit., 191.

<sup>186</sup> Sobre a temática do expansionismo alemão, Samuel Salinas lembra que a doutrina nazista considerava o ‘espaço vital’ como algo indispensável a segurança, sobrevivência e crescimento do povo alemão. Conforme estaria registrado no Memorando Hossbach, ata da reunião na qual Hitler teria apresentado seu programa expansionista aos oficiais de elevada patente das forças armadas alemães, a intenção do Führer era empregar força tamanha para que a guerra de conquista dos territórios almejados fosse rápida e eficaz (Blitzkrieg). Segundo o autor, Hitler possuía objetivos bem definidos e o governo nacional-socialista estaria disposta a alcançá-los a qualquer custo, inclusive embarcar em mais um conflito mundial. Era essa ideia de expansão que terá permeado o imaginário policial da época. Cf. SALINAS, Samuel Sergio. *Antes da Tormenta - Origens da Segunda Guerra Mundial (1918-1939)*. São Paulo, UNICAMP, 1996.

diplomática e que parte do centro (Rio) para a periferia (estados) através de engrenagem consular.

(...)

os estrangeiros nazistas aguardam oportunidade para que se apodemem da terra que lhes convêm como fonte inesgotável de quase tudo. Entende-se que o aparelhamento para uma ação está em ordem . No princípio recebia orientação direta de Berlim , através das organizações que teem aí seu ‘QG’. Mas, atualmente, como já disse, essas ordens partem e partirão das autoridades diplomáticas.

(...)

Alem dos elementos propriamente germânicos, há a considerar o ‘ teuto-brasileiro’, inteiramente ligado a ideia alemã, de posse da nossa terra. Esse elemento é, aliás, muito perigoso pela facilidade com que se pode locomover no meio Nacional, servindo os interesses alemães, enquanto mantem a aparência de inteira conformidade com o existente no País e, até não raro, servem em cargos de relevância no mundo da administração.<sup>187</sup>

Concluimos que o agente para ter sido enviado em uma missão especial porque ele escreve como se estivesse respondendo a questões solicitadas anteriormente, mas que não aparecem nesses textos. No trecho fica bastante claro que a própria polícia considera a organização nazista como algo bem estruturado e infiltrado no território nacional, realçando a gravidade do problema que deveriam combater.

Em outro dossiê sobre Atividades “Nazistas” no Brasil, o autor detalha informações que teria prometido obter tais como ocupação e residência de alguns suspeitos, mas chamamos atenção para o que o mesmo descreve sobre os planos nazistas de ataque ao Brasil.<sup>188</sup> Ele não diz de onde tira essas informações e reforça a ideia do partido nazista como tendo bases sólidas no Brasil, mas não fala em “quinta-coluna”. Ele escreve:

Neste quarto relatório tenho a satisfação de poder comunicar que após grandes esforços conseguimos descobrir a primeira célula “Nazista”; a do Rio Comprido. Pelo tempo em que iniciamos este serviço em 10 de junho corrente , portanto há dois meses pode V.S. avaliar a dificuldade que tivemos para chegar a esse ponto, trabalhamos sem esmorecer dia e noite e (...) possuímos todos os meios de ajuda.

Podemos aí avaliar como elas estão bem organizadas e principalmente trabalhando em sigilo.<sup>189</sup>

O autor segue dizendo:

(...)estamos informados que os nazistas por ocasião do inicia das hostilidades estão preparados para iniciarem atos de sabotagem contra nós. Não foi possível no entanto esclarecer se esses atos de sabotagem seriam efetuados mesmo se o Brasil ficar neutro ou só no caso de se declarar a favor das Democracias.

Esses atos seriam: explodir os tanques reservatórios de gasolina existentes no DF, Santos e S. Paulo, afundar nas entradas dos portos de Rio, Santos, Rio Grande e outros, pequenas embarcações, navios de pequena tonelagem impedindo assim o tráfego, outrossim a saída e a entrada dos navios nos portos.

Dinamitar os encanamentos da água para as turbinas das usinas

---

<sup>187</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, *Relatório de uma viagem ao sul do Brasil*, p. 132.

<sup>188</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, *Atividades nazistas no Brasil*, p. 36-40.

<sup>189</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, *Atividades nazistas no Brasil*, p. 36.



elétricas de força da Light em Cubatão, privando de força e luz S.Paulo e Santos, o mesmo com Ribeirão das Lages para o D.F.

Outras informações que nos chegam as mãos dizem que nas oficinas da Condor em Natal, Cajú (Rio) tem aparelhamento para a transformação dos aviões de correio em aviões de guerra (bombardeio) principalmente para dois modernos de alta velocidade e grande raio de ação, recém-chegados. Este ponto não foi possível averiguar até agora.<sup>190</sup>

Nesse mesmo arquivo encontramos outro documento produzido pela Secção de investigações/ informação nº230 intitulado *Plano de Sublevação nazista na América do Sul* o qual teria sido confeccionado com base nos escritos de Tannenberg em livro intitulado *Gross Deutschland* e confissões de um major do exercito argentino exilado no Paraguai (nome não citado).<sup>191</sup> Deixando de lado as declarações do militar argentino pelo fato de não estar disponível, o outro documento é o livro do pensador pangermanista Otto Richard Tannenberg, publicado em 1911 e que trazia ideias expansionistas comuns no ultranacionalismo alemão de antes da Primeira Guerra Mundial.

O temor de invasão nazista teria sido elevado quando as tensões entre o governo brasileiro e a representação diplomática alemã cresceram de forma tal que levaram ao rompimento das relações diplomáticas. A partir de então teriam surgido maiores “evidencias” que justificariam as preocupações sobre os estragos que Hitler poderia causar em caso de ataque ao país.

Acreditamos que esses relatórios apresentados em forma de dossies produzidos por agentes policiais enviados para locais onde haveria intensa movimentação de nazistas, seriam o fundamento da polícia para criar estratégias de combate de um “plano nazista de anexação de parte do território brasileiro. Esses documentos apresentam como verdades suposições sobre um plano nazista de anexação do Brasil, mas além dos relatos das pessoas citadas, não apresentam nada que comprove o que foi dito.

A segunda justificativa apresentada pela polícia política estadonovista para validar sua preocupação com a quinta-coluna nazista seria “o grande número de alemães residentes no Brasil”. Esse dado seria utilizado para manter a população em constante alerta no tocante à proximidade e facilidade de ação do “inimigo”. No contexto da guerra teriam sido produzidos materiais alertando a população em relação a esse perigo, inclusive países como Estados Unidos e Inglaterra teriam financiado a produção de materiais de “alerta” quanto ao interesse nazista pelas terras brasileiras, conforme abordamos no capítulo II deste trabalho.

Além disso, estavam certos que os espiões nazistas teriam aproveitado a estrutura já montada pelos imigrantes para realizar seus trabalhos. Segundo a lógica policial, jornais, revistas, panfletos, cartazes, filmes seriam produzidos a partir da utilização de escolas, Igrejas e grêmios recreativos já criados por imigrantes em colônias e também nas grandes cidades. Conforme, observamos anteriormente, o decreto-lei nº383 promulgado em 1938 tornou essas atividades proibidas, mas nem todos os trabalhos foram encerrados. Essa situação dava aos agentes a ideia que muitas dessas organizações foram reformuladas na tentativa de criar uma fachada que “desviasse o olhar das autoridades brasileiras”, camuflando ações nazistas. Assim, teriam sido organizadas diversas sociedades beneficentes alemães, a fim de dar suporte ao NSDAP distribuindo material de propaganda, exibindo filmes ou ainda repassando recursos financeiros enviados pelo Partido.

Apesar das diferentes formas de atuação do Partido Nazista no Brasil e da existência de sociedades e outras instituições que mantinham relações de tipos diversos com ele, não encontramos nenhum elemento na documentação consultada que comprovasse o

<sup>190</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, p.37.

<sup>191</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 01, p.6 e 7.

envolvimento do Partido ou destas instituições com algum projeto de agressão a soberania do país, seja por meio de intervenção militar ou por meio de separação de alguma parcela do território. Por outro lado, reafirmamos que o partido nazista não teria conquistado muitos adeptos em regiões coloniais e nem sempre conseguiam permear espaços dessas sociedades.<sup>192</sup>

Ainda assim, percebemos como os agentes associavam a existência de tais sociedades à atividade nazista no Distrito Federal. Em relatório, um agente chega a caracterizar o Club Germania como “principal foco nazista de São Paulo.”<sup>193</sup>

Dentre as instituições citadas, a União Beneficente e Educativa Alemã merece destaque, pois encontramos um longo dossiê sobre ela produzido pela S-2 a partir da reunião de relatórios de investigações. Nesse documento datado de 19/9/39, assim escrevia o agente:

Tratando-se, como se trata, de uma Entidade que constitui criação do atual regime político da Alemanha, tal elemento, naturalmente, pelo seu passado político, é garantia suficiente para o poder orientador dessa entidade representado indubitavelmente pela Embaixada Alemã no Brasil.<sup>194</sup>

Ao falar sobre o passado político da sociedade, o autor se refere à antiga Frente do Trabalho Alemão a partir da qual a União Beneficente foi originada. Conforme ideia apresentada nos documentos, essa instituição teria surgido da manobra do grupo da Frente uma vez proibida a existência de grupos políticos dessa natureza, os sócios do antigo grupo reunido em assembleia optaram pela criação da União Beneficente e Educativa Alemã a um de construir uma instituição filantrópica. A ideia teria sido de Paul Brehmer, presidente da FRENTE e que também seria eleito o primeiro presidente da nova instituição.

O autor do dossiê identifica que o objetivo desse grupo foram mantidos assim como suas atividades. Sobre tal situação foi dito:

Os fins de uma e de outra organização eram a assistência aos membros da colônia alemã, isto é, dedicavam-se ambas a socorrer os compatriotas em penúria, roupas, alimentos, colocação, promover reuniões sociais, pic-nics, conciliação entre sócios, curso de línguas, etc.<sup>195</sup>

O autor segue descrevendo as atividades realizadas pela SOCIEDADE e preocupa-se em destacar os aspectos que a diferenciam e aproximam da antiga FRENTE. Se inicialmente, a polícia entende que a primeira foi formada a fim de respeitar a determinação do decreto-lei nº 383, mas em outro relatório determina seu encerramento justamente por não corresponder àquele decreto. Em dezembro de 1939, o capitão Baptista Teixeira recebeu a seguinte resposta do Ministério da Justiça e do Interior sobre a situação jurídica da Sociedade Beneficente e Educativa Alemã:

A Diretoria da Justiça e do Interior, do Ministério da Justiça, em ofício nº DJI/2ª.S/969, de 22.IX.39, comunicou que a Sociedade Beneficente e Educativa Alemã não está registrada, na forma do decreto lei nº 383, de 18.IV.38.

Providenciar o efetivo fechamento da referida União, até que se legalize devidamente.<sup>196</sup>

---

<sup>192</sup> Tratamos da relação entre NSDAP e colonos no capítulo anterior. (Cf. Gertz, 1991; Seyferth, 1989; Moraes, 2008).

<sup>193</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 04, p.6, cf. Anexo I

<sup>194</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 04, p.8.

<sup>195</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 04, p.4.

<sup>196</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 04, p.11.

Provavelmente, a solicitação de fechamento teria o objetivo de manter a SOCIEDADE na ilegalidade dificultando a reunião de “alemães” em grupos fechados e, conseqüentemente, a utilização desses espaços pelo NSDAP, conforme a lógica policial. Ao longo desse dossiê são reforçadas ideias da permanência de ações nazistas ligadas ao NSDAP no Brasil. Contudo, num certo momento, conforme o trecho abaixo ilustra, o policial relator reforça a presença e relevância da DESPS no combate aos mesmos. Sobre essa questão, um agente do Rio Grande do Sul diz:

Em Porto Alegre, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Santa Cruz, Estrela, Montenegro, onde quer, enfim, que eles se levantem teem experimentado a vigilância e a ação repressiva das autoridades policiais do Estado.

Uma cousa, no entanto, é certa: mau grado as refregas sofridas os nazistas assim se encontrar acordados e não perderam do todo as esperanças de um dia encontrarem a forma maravilhosa que lhes permita reencetar a luta a salvo da repressão policial.<sup>197</sup>

Outra instituição investigada foi a STAHLHELM. Esta, por sua vez seria definida como uma sociedade “inocente” que seria utilizada pelos nazistas para difundir sua ideologia no Brasil. Assim dizia o relatório:

O serviço secreto da Delegacia Especial de Segurança Política e Social apurou que já há alguns anos vinha desenvolvendo sua atividade no Distrito Federal, a antiga ‘Aliança dos combatentes Alemães da grande Guerra’, também conhecida pela denominação corrente STAHLHELM (capacetes de aço). Tratava-se então, pura e simplesmente, de uma associação de cidadãos de nacionalidade germânica, radicados nesta Capital, e que aqui imigraram após terem tomado parte ativa na conflagração mundial de 1914-1918.

A STAHLHELM era apenas um vínculo que tornava a unir na paz, na sociedade brasileira, todos os concidadãos de origem teuta que se uniram na guerra, nos campos de batalha europeus, sem quaisquer finalidades de doutrina e política, de filantropia e beneficência por isso que o seu fim exclusivo era o de fazer rememorar no espírito de seus sócios, as horas, que, si foram amargas no passado, se tornaram suaves no presente, por isso que o destino lhes dera a oferenda de vive-las novamente na recordação.

Aparentemente nada havia mudado com a ascensão do nazismo até 1936, quando

o Governo Alemão resolveu voltar as suas vistas para as colônias germânicas existentes no Brasil e, não desconhecendo a existência da STAHLHELM, resolveu aproveitá-la para estender a adesão à sua doutrina até os seus súbditos radicados no estrangeiro e, por essa forma astuciosa, conseguiu submetê-los a uma arregimentação política, nos moldes das unidades militares, fora das fronteiras de seu Estado.

Assim, sendo, a referida associação teria sido

transformada em uma organização de fato e de direito, e trocada a sua antiga denominação pela de ‘União dos Guerreiros Alemães’(Deutscher Reichskriegerbund), com a obrigação de aliciar e incluir no seu quadro social todos os súbditos alemães radicados no Distrito Federal.

---

<sup>197</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, Setor Alemão 04, p.16.

Assim,

em sua nova fase de atividade social, a antiga STAHLHELM, hoje , Deutscher Reichskriegerbund passou a ter estatutos de natureza secreta, o que por si só vinha atentar contra as leis civis brasileiras.<sup>198</sup>

O trecho abaixo serve como exemplo de que, para os agentes, as Sociedades serviam como fachada para a ação nazista. De Porto Alegre, em 11 de julho de 1939 viria o seguinte ofício para o Delegado especial:

Não cessaram absolutamente as atividades políticas alemães no Brasil.

Essa afirmação nós estamos em condições de fazer com profunda convicção e calcada na prova mais robusta.

Desde que foram tornadas efetivas as disposições constitucionais relativas aos partidos, os chefes nazistas procuraram organizar uma sociedade que viesse substituí-los ainda que disfarçadamente para que os alemães (natos e descendentes) aqui radicados pudessem continuar mantendo o que eles chamam a comunidade alemã.

Quer o Nacional- Socialismo criar um Estado dentro do Estado.

Sonham com uma pequena Alemanha em nosso território.

Com a dissolução do partido e de suas alas veiu quebrar os élos de união estabelecidos com tanto trabalho, urgia reorganizá-lo com rótulo diferente e com finalidades camoufladas.

Foi assim que surgiu a Bund Der Schaffenden Reichesdeutschen que outra cousa não é sinão a própria Frente Alemã do Trabalho, a mais forte das alas do N.S.D.A.P.<sup>199</sup>

*Mal foi formada e já oferece viagens a baixo custo!*- disse o autor do documento sobre e “estranha” quantidade de verba que circulava pela instituição. Sobre a Sociedade Alemã, ainda aparece relatório de 1942 assinado por Cecil Borer /Chefe do Setor Trabalhista e encaminhado ao SNR Diretor da Divisão de Polícia Política e Social.

Atendendo a solicitação contida no ofício da referencia, cabe-me informar que a ‘UNIÃO BENEFICENTE E EDUCATIVA ALEMÃ’, funcionou no prédio 74 da Rua da Alfandega até março de 1942, quando o então Delegado de Estrangeiros procedeu ali um diligencia. Não consta ter tido a mesma imóveis ou outros bens, entretanto, o Serviço de Registro de Estrangeiros, poderá informar a respeito.<sup>200</sup>

A repressão da polícia política estadonovista teria sido organizada a partir desses pressupostos de infiltração e atividades nazistas. Creio que seja interessante destacar que em nenhum momento os agentes que produziram tais documentos mostraram preocupação em apontar a existência de outros grupos de imigrantes. Ou seja, em seu discurso a imagem feita do imigrante alemão é aquela que mostra um indivíduo inadaptado com as práticas e costumes brasileiros, sempre buscando apoio social em Sociedades como a apresentada, que mostra desinteresse pela política brasileira e está sempre buscando formas de manter suas raízes e estar sempre em contato com a prática de origem. Aqui surgem as seguintes questões: será que os alemães “rechaçados” ou seus filhos nascidos em solo brasileiro, que não eram aceitos em certas Sociedades, também representariam tal perigo? Estariam eles tão alinhados com o

<sup>198</sup> APERJ,Fundo Polícia Política, Setor Alemão 04, p.54-56.

<sup>199</sup> APERJ,Fundo Polícia Política, Setor Alemão 04, p.14.

<sup>200</sup> APERJ,Fundo Polícia Política, Setor Alemão 04, p.38.

discurso nazista e preocupados em contribuir com a tomada do território brasileiro? Verificamos que essas questões não foram ponderadas em nenhum dos documentos consultados. Parece-nos que a polícia tinha um padrão de suspeito que incluía qualquer um que fosse “alemão” ou que mantivesse contato com a Alemanha, inclusive brasileiros.

#### *A autoafirmação da DESPS/DF*

Conquistar o apoio da sociedade em geral foi um dos desafios que a DESPS/DF encontrou em seus primeiros anos de existência. Por isso, a nova polícia era apresentada como defensora da ordem e do combate ao comunismo e mostrar-se como uma organização séria da qual a sociedade precisava e dependia era uma das preocupações dos dirigentes desse órgão. Nessa tarefa contava com o auxílio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que divulgava e promovia os “bons serviços” realizados pela instituição, após a promulgação do Estado Novo. Nas pastas dos arquivos consultados encontramos recortes de jornais referentes à notas elogiando a relevância da DESPS/DF e ressaltando sua eficiência na proteção da nação contra inimigos nacionais. Também há recortes de entrevistas de delegados especiais.<sup>201</sup> Não se pode descartar a hipótese que essas reportagens foram plantadas pelo DIP, uma vez que esse órgão também era responsável pela censura do regime de Vargas, a fim de promover a instituição policial e aproximar a polícia política da população do Distrito Federal, buscando criar identificação e confiança, sobretudo a partir da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Como exemplo, apresentamos a reportagem intitulada *A polícia que dignifica* publicada pelo Jornal Diários da Noite em 3/9/1942 (Anexo J) a qual afirma que:

A polícia carioca está de parabéns. Quantos veem acompanhando a sua ação no combate á ‘quinta coluna’, não se podem fugir de afirmar que os comandados do coronel Alcides Etchegoyen estão agindo de perfeito acordo com o povo.

Ainda agora quando os Diários Associados foram vítimas de uma tentativa de assalto pelos sigmóides, tivemos mais um dignificante exemplo dessa disposição do pessoal da Polícia Civil.

(...)

Compreendemos, assim, com o mais brasileiro dos orgulhos, e com a mais justa gratidão, que a polícia carioca está agindo de perfeito e inteiro acordo com a população, numa dignificante mostra de compreensão de seus deveres, apagando, de vez, da lembrança popular, as notas assinaladas pelos que nem sempre souberam colocar-se á altura da nobre missão de defender o regime e a pátria dos seus inimigos, que são também inimigos da civilização.<sup>202</sup>

Em outro documento encontramos o artigo intitulado *A polícia é o povo e o povo é a própria polícia* (Anexo K) no qual as estratégias de legitimação da instituição policial são demonstradas por meio de seu trabalho contra a ameaça externa tem destaque:

#### ***A polícia é o povo e o povo é a polícia - (Jornal O Radical – 6/9/1942)***

Vivemos o Brasil unido numa única vontade, em favor da sobrevivência nacional e da preservação de princípios tradicionais ao povo. Cessaram as características de diferenciação criadas pelas ambições. Sumiram dissensões de grupos quando só um traço define os cidadãos da pátria agredida externa e internamente por forças militares do Eixo e por seus agentes infiltrados em nosso meio: -o propósito obstinado de continuar

<sup>201</sup>APERJ, Fundo polícia política/ setor administração 1- 4.

<sup>202</sup>APERJ, Fundo polícia política/ setor administração/ 1, p.7.

a ser brasileiro – cidadão livre de terra livre, imunizada do domínio nazista , de toda modalidade ; ostensiva, pela ocupação do território por soldados de Hitler, humilhante e mercenário, pela sujeição do povo a “quislings” feitores de sua própria gente.

(...)

O resultado alcançado- afirma o coronel Etchetgoyen- é obra de uma coletividade em que a polícia é o povo e o povo é a própria polícia.

(...)

Essas palavras restabelecem o verdadeiro conceito que preside a instituição policial, que não é nem deve ser um órgão do Estado para perseguir e asfixiar o povo, como nos regimes fascistas, mas é o povo em vigília contra os inimigos internos e externos.<sup>203</sup>

Esses fragmentos são bastante ilustrativos da preocupação em apresentar a polícia como necessária à manutenção da integridade nacional e, por meio deste recurso de divulgação, em estabelecer uma boa relação entre ela e a sociedade por meio da valorização da instituição. Além disso, a propaganda através da imprensa se manifestou também pela publicação de elogios públicos à polícia por seus trabalhos prestados. Ao tomar posse em 1942, assim declarou o tenete-coronel Alcides Gonçalves Etchgoyen ao jornal Meio- Dia

Embora curto o tempo decorrido após minha investidura, bastante tenso e vibrátil tem sido o trabalho desta corporação, agora com tarefas sobremaneira agravadas em decorrência do estado de guerra.

(...)

E a minha satisfação, ao reconhecer neste momento histórico essa circunstancia auspiciosa tanto mais avultará quanto mais fortalecidos ficarem os laços que congregam polícia e povo, na defesa do bem estar comum, da ordem e da segurança da Patria, para que, unidos e confiantes, possamos vencer as aguras de uma jornada que por certo será bastante espinhosa.

(...)

Não tenho, pois palavras de louvor capazes de premiar vossa conduta, nem me é possível distinguir chefes e auxiliares, porque o resultado alcançado é obra de uma coletividade, em que a polícia é o povo e o povo é a própria polícia.<sup>204</sup>

Uma outra dimensão deste mesmo processo de valorização institucional e de legitimação pública do trabalho da polícia política diz respeito a disputa por recursos financeiros. Em 1941, por exemplo, no relatório referente ao ano de 1940, o capitão Felisberto Baptista Teixeira escreveu ao major Filinto Müller apresentando queixas sobre aquilo que considerava descaso do governo em relação à DESPS/DF desde sua criação e apresenta modificações feitas para a melhor realização de seu serviço secreto. Nas palavras do capitão, o decreto que reorganizou a polícia civil do Distrito Federal

não encarou a Delegacia Especial com a importância que indiscutivelmente ela tem, como órgão especializado de segurança política e social do Estado, na capital da República e, por conseguinte, em todo o país, pois é aqui que se jogam os destinos da nação brasileira.<sup>205</sup>

---

<sup>203</sup> APERJ, Fundo polícia política/ setor administração/ 1, p.3.

<sup>204</sup> APERJ, Fundo polícia política/ setor administração/ 1, cf. Anexo L.

<sup>205</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, setor Administração, 1-G, Relatório da Delegacia Especial de Segurança Política e Social ao major Filinto Müller, de 31/01/1941, p.2.

Sobre seu trabalho na DESPS/DF, o delegado demonstra que fez melhorias e aperfeiçoou o sistema de coleta de informações, como podemos observar no trecho abaixo.

Não é admissível que órgãos responsáveis pela estabilidade do regime e pela segurança do governo viva do acaso, da sorte e do palpite, arriscando, num verdadeiro jôgo de cabra cêga, assuntos de importância decisiva e de conseqüências muitas vezes irremediáveis.

Assim, meu primeiro cuidado foi orientar pessoalmente, os diversos serviços e impulsioná-los constantemente no trabalho de colheita de informações em todos os meios sociais. Todos os elementos suspeitos passaram a sêr continuamente vigiados e suas atividades anotadas pelas Secções de Segurança Política e Social, conforme eram êles políticos e militares, ou comunistas, ou aliancistas e esquerdistas em geral.<sup>206</sup>

Outra reclamação recorrente se refere à falta de pessoal e a necessidade de desviar agentes de suas funções para a realização do trabalho burocrático. O delegado apresenta também a criação de mais três linhas investigativas com o fim de aumentar a qualidade e quantidade de informações sobre suspeitos e justifica seu trabalho alegando que “A ordem pública é um problema por demais grave para ser tratado como uma rotina comum aos outros serviços administrativos.”<sup>207</sup> No mesmo documento também são apresentadas reformas físicas na sala de detidos e na secretaria da Delegacia.

No relatório de 1942 referente à gestão do Tenente Coronel Olinto Denys apresenta funções da delegacia, bem como sua estruturação (hierarquia) e descreve as funções de cada setor.

Esta Delegacia, criada pelo decreto n. 22.332, de 10 de janeiro de 1933, que reajustou o Serviço de polícia do Distrito Federal, é, como se dispõe no artigo 18 desse Decreto, independente da Polícia Administrativa e judiciária, estando diretamente subordinada ao Chefe de Polícia.

Sentinela avançada do Estado, exerce, em caráter preventivo, vigilância ativa e discreta contra os elementos que possam atentar contra a integridade territorial do país, a sua constituição ou forma de governo e o exercício dos poderes políticos. Reestréia, assim, a marcha dos planos que por ventura sejam engendrados, para fazê-los fracassar, no momento oportuno. Nessa ocasião, operando ostensivamente, faz prender os autores de tais planos, para, atuando, repressivamente, processá-los aos tribunais de Justiça.

A organização dessa dependência policial é a seguinte:

Delegado: Cargos de confiança. “Controla, orienta e fiscaliza todos os serviços da Delegacia, e, se comunicando diariamente com o Chefe, põe-no a par de tudo que ocorreu na dependência sob a sua direção, recebendo dele as instruções que tenha que dar.

Gabinete: composto de 4 oficiais e 8 auxiliares de gabinete. Levam ao delegados as pendências que chegam a delegacia.

Assistente: “Atribuição consiste na fiscalização geral dos serviços da Delegacia, bem como emitir pareceres sobre casos jurídicos submetidos à sua apreciação”

Secretário: leva ao delegado os expedientes a despachar.

Secretaria: Prepara o expediente da delegacia, expede e publica documentos. Trata também do protocolo e recebimento dos papéis emitidos pela Delegacia.<sup>208</sup> (com alterações)

<sup>206</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, setor Administração, 1-G, Relatório da Delegacia Especial de Segurança Política e Social ao major Filinto Müller, de 31/01/1941, p.5e6.

<sup>207</sup> APERJ, Fundo Polícia Política, setor Administração, 1-G, Relatório da Delegacia Especial de Segurança Política e Social ao major Filinto Müller, de 31/01/1941, p.3.

<sup>208</sup> Fundo Polícia Política/ Setor Administração/ 1-continuação, p.10-21.

O delegado segue descrevendo ainda as funções de cada seção especificamente.

### *Movimentos populares*

Para além do apelo policial um conjunto grande de eventos teria contribuído para criar um clima favorável à desconfiança e ação direta de brasileiros contra “alemães nazistas”, dos quais se destaca, certamente, o ataque às embarcações civis brasileiras por submarinos alemães.<sup>209</sup> Encontramos alguns recortes de jornais do período que demonstram reações populares contra colegas de trabalho, vizinhos e conhecidos suspeitos de envolvimento com atividades “anti-brasileiras” que terminaram se tornando caso de polícia. Também a notícia da entrada do Brasil na Guerra teria provocado grande comoção, o que repercutiu em ações contra “eixistas” e no aumento de denúncias sobre atividades nazistas.

O Diário Carioca publicou em 5/9/ 1942 com o título “Fiscalizando os suspeitos” (Anexo M) uma nota que falava sobre cartazes que haviam sido colados na Galeria Cruzeiro com dizeres escritos por populares demonstrando uma ação pública de repúdio a tolerância de “germanófilos” no governo, a notícia segue dizendo:

Ontem, por exemplo, havia frases alusivas ao colonismo nas repartições públicas, sendo citados nomes de departamentos onde pontificam integralistas ou germanófilos. Depois de referências a certos órgãos e funcionários dos Ministério do Trabalho, Viação e Educação, havia uma inscrição nesses termos: ‘como era verde a camisa do Diretor do Museu Histórico...’<sup>210</sup>

No jornal A notícia na data de 29/8/ 42, foi relatada a confusão dentro de uma barca que ia do Rio para Niterói. O título da matéria era *Quase foram linchados pelo povo*. Em destaque, dizia que “A atitude insolente de cinco alemães provocou reações imediatas”. Segundo o informe, esses indivíduos que teriam o costume de pegar a barca que saía às 7:20h de Niterói em direção ao Rio estavam sumidos desde o início dos confrontos entre Brasil e Alemanha. Então, o autor relata:

Há dois dias, porém, os referidos indivíduos voltaram a se transportar na mesma barca e, hoje, portaram-se insolentemente, o que quase lhes custou muito caro. Sentados juntos, um dos cinco nazistas se entregou acintosamente a leitura de um jornal, que sistematicamente, fazia propaganda nazista, quando alguém lhe lembrou da inconveniência de tal atitude em público.

Longe de aceitar a justa observação, o alemães, com a ajuda dos outros quatro, sorriu atrevidamente e deu de ombros, com cínica arrogância, para a pessoa que lhe dirigira a palavra. Como não podia deixar de ser, explodiu a reação popular, sendo os cinco indivíduos logo cercados pelos passageiros que procuraram punir o desaforo, tornando-se necessária a intervenção de alguns militares e da tripulação da barca para evitar que os ignóbeis ‘boches’ fossem linchados.<sup>211</sup>

---

<sup>209</sup> SALINAS, Samuel Sergio. *Antes da Tormenta - Origens da Segunda Guerra Mundial (1918-1939)*. São Paulo, UNICAMP, 1996.

<sup>210</sup> APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Alemão 03, p. 3.

<sup>211</sup> APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Alemão 03, p. 13.



A notícia informa ainda que os mesmos teriam sido levados para a DESPS/DF para prestar explicações. É interessante notar que a atitude desses estrangeiros, apontados como nazistas pelos jornalistas e reconhecidos como tal pela população presente mostra que a desconfiança e a ideia de perigo que representavam já estaria presente e no imaginário popular no contexto da guerra. Notamos também que os adjetivos relacionados aos suspeitos pelo autor do informe “cínicos”, “arrogantes”, “ignóbeis”, “boches” também são bastante aproximados daqueles que aparecem em relatórios de agentes policiais.

Outro material interessante foi publicado pelo O Globo, em 26/8/1942. Trata-se de um movimento de judeus refugiados no Rio de Janeiro, fugidos da perseguição empreendida pelo regime nazista. Diz assim, o jornal:

Os refugiados judeus e todos os israelitas, em geral, que vivem sob a hospitalidade brasileira e aqui, reestabelecem o ritmo de uma nova existência, após as atribuições e mesmo, a odisseia, na Europa, resolveram oferecer o seu sangue, a sua vida, tudo, que lhes é caro para auxiliar o esforço de guerra do Brasil. Querem assim, corresponder à acolhida que esse país lhes dispensou num momento angustioso, quando as hordas de Hitler os perseguiram e expulsavam do Velho Mundo. Proposta feita pela Associação Beneficente Israelita.<sup>212</sup>

Mais revoltas de populares teriam sido registradas em agosto de 1942. No dia 28 um grupo de operários da Fábrica de Tecidos Botafogo, teria procurado a redação do Jornal Diário da Noite, com a seguinte queixa: “não queriam trabalhar ao lado dos nazi-fascistas.” A notícia foi publicada da seguinte forma:

Contaram-nos que, chegando hoje para o trabalho no estabelecimento da rua Barão de Mesquita, exigiram a expulsão, da fábrica dos empregados e chefes de seção naturais da Alemanha e Itália, e agrupados na calçada, aguardaram a saída dos existas. Entre os nazi-fascistas encontra-se o alemão Hans Lohse que, insolente, começou a dar palpites, escapando, por um milagre de levar uma bela surra.<sup>213</sup>

Esse “alemão” teria sido levado pela polícia e não encontramos mais registros sobre sua situação no Brasil. A mesma notícia teria sido publicada no jornal Meio Dia e apresentou a seguinte declaração de um operário:

O operariado brasileiro, diante do brutal gesto dos submarinos alemães atacando navios nacionais que em missão pacífica trafegam em águas da nossa pátria, tomam posição, assumem atitudes dignas, castigando aqueles que são nossos inimigos declarados, recusando-se a com eles hobrear em qualquer trabalho, certos de que ali estão espiões tremendos que além de ganharem nosso dinheiro, ainda nos prejudicam de todos os meios e modos.<sup>214</sup>

O jornal A noite publicou que uma briga entre colegas de trabalho na Companhia Brahma, acabou com a expulsão de dois alemães. Após o fato, os operários a as pessoas que estavam na rua, teriam dado “vivas ao Brasil e aclamaram demoradamente o nome do

---

<sup>212</sup> APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Alemão 03, p. 13.

<sup>213</sup> APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Alemão 03, p. 24.

<sup>214</sup> APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Alemão 03, p.30.

presidente Vargas.” Fato semelhante teria ocorrido na Mesbla. Empregados teriam fixado à porta de entrada os seguintes dizeres: “Exigimos a dispensa de todos os alemães e italianos que trabalham na casa.” Inicialmente, a diretoria teria exitado, mas diante a insistência dos demais trabalhadores, acatou às suas reivindicações.<sup>215</sup> O mesmo fato teria sido presenciado na Fábrica de Tecidos Corcovado. Interessante também é a manchete do Jornal O Radical publicada em 23/8/1942 com o título *Disse que era alemães com muita honra e acabou preso pelo povo de Catumby*.

Situação semelhante de revolta popular teria sido observada no famoso Hotel Gloria. Ali dezesseis funcionários teriam sido demitidos por comemorarem afundamentos de navios brasileiros. Segundo denúncia, eles estouravam champanhe a cada afundamento de navio brasileiro. Revoltados com tal situação, colegas de trabalho solicitaram a demissão dos chefes ao gerente. A notícia ganhou destaque no jornal Diário Carioca com o seguinte texto:

Os garçons do Hotel Gloria alertados por um justo instinto de repulsa contra as nações totalitárias e querendo associar-se às manifestações de protesto aos inimigos do Brasil resolveram não mais trabalhar sob as ordens dos elementos do Eixo, que, naquele hotel vinham ocupando cargos de certo modo influentes na administração desse estabelecimento.<sup>216</sup>

Destacamos a nota emitida na imprensa, pois pensamos que ilustram a presença do discurso policial do perigo “quinta-colunista” para fora da instituição, refletindo no comportamento e, possivelmente, tomando a imprensa, que apresenta tais atitudes positivamente, como principal veículo difusor do mesmo.

---

<sup>215</sup> APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Alemão 03, p.29.

<sup>216</sup> APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Alemão 03, p.36.



## Conclusão

Nesse trabalho, buscamos demonstrar que a DESPS/DF foi construída num período de mudança de regime político no Brasil a fim de zelar pela manutenção da nova ordem, reprimindo os inimigos do Estado. Logo, entendemos que sua organização atenderia diretamente aos interesses políticos da época, tendo para isso recebido investimentos financeiros e atenção especial por parte dos governantes.

Posteriormente, a partir do rompimento de relações políticas entre Brasil e Alemanha, suspeitos de exercer atividades nazistas teriam se tornado novos “outsiders”, no sentido proposto por Howard Becker. Conforme as regras do jogo político foram alteradas, coube à DESPS/DF criar instrumentos de combate contra esses inimigos em função da ideia de que eles representavam um risco a soberania nacional. Sobre este pilar foi montada uma estrutura repressiva ancorada exclusivamente em uma lógica de investigação que reavivava a tese do “Perigo Alemão”, baseada na ideia de que existiria um plano para a constituição de uma “quinta-coluna nazista” no Brasil que colocariam em risco a integridade territorial brasileira. Com base nesta perspectiva, foram construídas representações sobre o inimigo que tomavam como “indícios de periculosidade” um conjunto muito variado de fenômenos que até então não eram assim considerados. Desta forma, podiam ser considerados agentes a serviço da implantação da “quinta-coluna nazista” no Brasil desde pessoas que usassem a língua alemã em público ou mantivessem contatos de qualquer tipo com a Alemanha até pessoas que prestassem serviço ao governo alemão, que divulgassem a ideologia nazista de alguma forma, que fossem ou tivessem sido filiadas ao NSDAP em algum momento ou ainda pessoas que manifestassem qualquer simpatia pelo regime de Hitler.

Não resta dúvida de que o início a ação da polícia contra o “perigo quinta-colunista” tem uma relação direta com duas variáveis. Por um lado, isto se relaciona com a deterioração das relações entre Brasil e Alemanha, associadas principalmente às políticas nacionalizadoras implementadas inicialmente por governos estaduais e posteriormente pelo governo central brasileiro em finais dos anos 30. Este processo tem início com a edição de legislação específica, regional e nacional, que proibia a atividade política de estrangeiros no país e se desenvolve até o rompimento definitivo das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha e a entrada do país na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados.

Por outro, a mobilização policial contra o perigo nazista também é inseparável de desenvolvimentos da política interna brasileira, em particular relacionados à proibição de atividades associativas e políticas estrangeiras e pela suspeita de envolvimento alemão no Golpe Integralista de 1938. Este conjunto de eventos progressivamente colocou os nazistas no foco da ação repressiva e os definiu como inimigos preferenciais a serem combatidos pela polícia política.

Em relação ao conjunto do trabalho de repressão aos nazistas levado a efeito pela polícia política do Distrito Federal, chama a atenção o fato de que o motor decisivo para a manutenção e a intensificação do combate ao inimigo é a própria representação sobre o inimigo que dá origem a atitude repressiva e não a identificação de evidências que deem a ela substância.

Ainda que não se possa dizer que todos os agentes da DESPS/DF com atuação nesta área forjassem inimigos, destacamos que não há documentação no arquivo da polícia política que dê sustentação à tese de um real perigo de agressão militar ao país com propósitos de anexação, ainda que espiões da Abwehr atuassem no país com foco, em grande medida, na transmissão de informações sobre o movimento de navios nos portos, conforme apresentamos.

De qualquer forma, estabelecida a missão, a DESPS/DF teria criado um discurso duplo: por um lado, aquele que disseminava a ideia do “Perigo Alemão” e que contribuía para a criação de um ambiente público tomado pela tese da existência de um risco iminente à

soberania nacional representado pelos nazistas. Por outro lado, parte inseparável deste movimento, é a demonstração pública da eficiência da polícia política no combate ao inimigo nazista. Por meio destes dois tipos de intervenção pública, a polícia política desempenha um papel decisivo na valorização da própria instituição, justificando e legitimando não somente sua existência e suas ações como também suas pretensões de crescimento e ampliação. A frase que dá título a esse trabalho “Aqui se jogam os destinos da nação brasileira” foi extraída de um documento do delegado especial Capitão Felisberto Baptista Teixeira ao chefe de polícia Filinto Müller e bem exemplifica essa questão.

Sendo assim, identificamos que a reprodução do discurso da periculosidade quintacolonista era uma forma de a polícia fazer política junto a seus empregadores, mantendo a instituição e prestígio social.